



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Barra Longa – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

| | | |
|-----|--|-----|
| 1 | Introdução | 12 |
| 2 | Metodologia | 16 |
| 2.1 | Procedimentos Empregados no Diagnóstico | 16 |
| 2.2 | Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto | 25 |
| 2.3 | Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados | 25 |
| 3 | Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Barra Longa | 27 |
| 3.1 | Caracterização Geral | 27 |
| 3.2 | Análise Temática | 36 |
| 3.3 | Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce | 90 |
| 3.4 | Clipping de Notícias | 97 |
| 3.5 | Textos Acadêmicos | 102 |
| 4 | Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas | 108 |
| 4.1 | Turismo | 108 |
| 4.2 | Cultura | 109 |
| 4.3 | Esporte e Lazer | 110 |
| 5 | Avaliação de Impactos | 113 |
| 5.1 | Metodologia | 113 |
| 5.2 | Resultados | 134 |
| 6 | Créditos e Referências | 165 |
| | Entrevistados no Município | 165 |

| | |
|---------------------|-----|
| Equipe Técnica..... | 165 |
| Referências | 169 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone | 22 |
| Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais | 23 |
| Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais | 23 |
| Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce..... | 24 |
| Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva | 24 |
| Figura 6 Mapa de localização do município de Barra Longa..... | 31 |
| Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Barra Longa..... | 40 |
| Figura 8 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura | 57 |
| Figura 9 Casa da Cultura Dr. Armando Pereira de Souza..... | 67 |
| Figura 10 Exposição da ABBA na Casa da Cultura..... | 68 |
| Figura 11 Trabalhos em bordado produzidos pela ABBA..... | 69 |
| Figura 12 Fotos históricas da União Musical São José | 70 |
| Figura 13 Apresentação da Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo | 70 |
| Figura 14 Fafá da Barra..... | 71 |
| Figura 15 Inauguração da escultura em homenagem aos seresteiros, Jornada do Patrimônio cultural 2010 | 71 |
| Figura 16 Folia de Reis de Barreto..... | 72 |
| Figura 17 Encontro dos grupos folclóricos no Festival de Folclore 2009..... | 73 |

| | |
|---|-----|
| Figura 18 O tradicional Biscoito Gazeta | 74 |
| Figura 19 Stand da Cachaça Tiara na Jornada do Patrimônio Cultural 2010..... | 74 |
| Figura 20 Doces e quitandas típicos expostos no Festival de Folclore 2009 | 75 |
| Figura 21 Retrato falado e Escultura do Caboclo D'água..... | 76 |
| Figura 22 Oficinas oferecidas pela ABBA..... | 77 |
| Figura 23 Barra Longa Eclesiástica..... | 82 |
| Figura 24 Exposição de Fotos | 83 |
| Figura 25 Casa Mineira | 83 |
| Figura 26 Mapa de localização das comunidades de Gesteira, Mandioca e Barreto | 91 |
| Figura 27 Comunidade de Gesteira a direita e ponte de ligação a comunidade sobre o rio Gualaxo. | 92 |
| Figura 28 Comunidade de Gesteira, detalhe ao fundo a esquerda igreja católica de Gesteira. | 92 |
| Figura 29 Vista panorâmica aérea de Gesteira com visada frontal da ponte sobre o rio. | 93 |
| Figura 30 Vista panorâmica aérea de Gesteira com visada lateral da ponte sobre o rio..... | 93 |
| Figura 31 Vista da comunidade Mandioca a esquerda..... | 94 |
| Figura 32 Vista frontal comunidade Mandioca a partir do rio Gualaxo | 95 |
| Figura 33 Vista comunidade de Barreto | 96 |
| Figura 34 - Cachoeira localizada entre as comunidades de Barreto e Campinas utilizada pelas duas comunidades..... | 96 |
| Figura 35 Nuvem de termos referente ao clipping de Barra Longa | 101 |
| Figura 36 Modelo de Gráfico de Radar | 118 |
| Figura 37 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos..... | 119 |
| Figura 38 Classificação da Significância de Impactos..... | 120 |

| | |
|---|-----|
| Figura 39 Impacto na paisagem na região do encontro dos rios Carmo e Piranga, com detalhe para a localização do Caminho de São José (fotos aéreas datadas de 24/08/2014 e 29/05/2016) | 142 |
|---|-----|

Índice de Gráficos

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Barra Longa | 35 |
| Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município | 135 |
| Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o turismo | 137 |
| Gráfico 4 Impactos sobre equipamentos turísticos | 138 |
| Gráfico 5 Impactos sobre atrativos turísticos e culturais | 140 |
| Gráfico 6 Impactos sobre o atrativos turísticos e naturais | 145 |
| Gráfico 7 Impacto sobre Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas e de Socialização | 147 |
| Gráfico 8 Impactos sobre a rotina diária e relação com o rio Doce | 149 |
| Gráfico 9 Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer | 150 |
| Gráfico 10 Impacto sobre a Pesca Amadora | 151 |
| Gráfico 11 Impactos no Calendário Cultural e Esportivo | 153 |
| Gráfico 12 Impactos econômicos no setor da cultura | 154 |
| Gráfico 13 Impacto sobre comunidade | 158 |
| Gráfico 14 Alteração em Programas e Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte | 159 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR | 19 |
| Tabela 2 Taxa de urbanização de Barra Longa e de Minas Gerais (%) | 28 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Barra Longa e de Minas Gerais | 30 |
| Tabela 4 IDHM e seus componentes –Barra Longa e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).. | 32 |
| Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Barra Longa e de Minas Gerais (2010 – 2013) | 34 |
| Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010) | 36 |
| Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística –Barra Longa | 38 |
| Tabela 8 Meios de hospedagem em Barra Longa | 47 |
| Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas em Barra Longa | 48 |
| Tabela 10 Espaço para eventos | 51 |
| Tabela 11 Locais e templos de fé de Barra Longa | 51 |
| Tabela 12 Atrativos naturais | 55 |
| Tabela 13 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Barra Longa, 2007-2013..... | 60 |
| Tabela 14 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Barra Longa, 2014-2015 | 62 |
| Tabela 15 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Barra Longa 2013-2017..... | 63 |
| Tabela 16 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Barra Longa 2014-2016..... | 63 |
| Tabela 17 Atrativo cultural | 65 |
| Tabela 18 Calendário cultural..... | 78 |
| Tabela 19 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer | 89 |
| Tabela 20 Clipping de notícias - Barra Longa..... | 98 |
| Tabela 21 Textos Acadêmicos - Barra Longa..... | 103 |
| Tabela 22 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão | 114 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 23 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais | 116 |
| Tabela 24 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais | 160 |
| Tabela 25 Representante institucional entrevistado no Município | 165 |
| Tabela 26 Equipe Técnica | 165 |

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Barra Longa, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico. Os dados socioeconômicos de Barra Longa aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Barra Longa. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias

já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico³; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

³ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁴ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

4 Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Herkenhoff & Prates - Relatório de Mapeamento de Ativos, Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que

atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

| INVTUR | Tipo de informação | Como obter a informação |
|---|------------------------------------|--|
| Formulário A1 | Características Gerais | Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional |
| Formulário A.2.2 | Acesso | Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo |
| Formulário A4 | Serviços de Segurança | Fontes secundárias, percepção e validação em campo |
| Formulário A7 | Outros Serviços | Fontes secundárias, percepção e validação em campo |
| Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7) | Serviços e equipamentos turísticos | Fontes secundárias, percepção e validação em campo |
| Módulo C | Atrativos turísticos | Fontes secundárias, percepção e validação em campo |
| Formulário de Eventos | Eventos | Fontes secundárias e validação em campo |
| Formulário de Gastronomia | Gastronomia | Fontes secundárias e validação em campo |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁵. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁵O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Barra Longa

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O Coronel Matias Barbosa da Silva, assim como diversos outros colonizadores, ocupou a região da Mata de Ponte Nova, desenvolvendo pequenos núcleos de povoação. Assim, entre 1701 e 1704, o Coronel fundou o pequeno arraial de Barra de Matias Barbosa (BARBOSA, 1995; IBGE, 2016).

Devido à fertilidade das terras e à extração aurífera, o então povoado foi tomando contornos e, mais tarde, tornou-se distrito subordinado ao município de Ponte Nova (IBGE, 2016).

Já denominado Barra Longa, o distrito emancipa-se no ano de 1938, por meio da Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro, tornando-se município (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de Barra Longa possui área de 387,03 km², fazendo parte da Mesorregião Zona da Mata e da Microrregião de Ponte Nova. Sua temperatura média é de 18,5° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Alvinópolis, Dom Silvério, Mariana, Rio Doce, Ponte Nova e Acaiaca. Barra Longa conta com o distrito de Bonfim da Barra (MINAS GERAIS, 2016; IBGE, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se a que população de Barra Longa em 2016 era de 5.710 pessoas e sua densidade demográfica de 16,01 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Barra Longa foi de -1,81%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de -2,05%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 29,71%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 37,65%, em 2010. Valor acentuadamente mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Barra Longa é um município predominantemente rural.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Barra Longa e de Minas Gerais (%)

| | | 1991 | 2000 | 2010 |
|---------------------|------------------|-------|-------|-------|
| Barra Longa | População urbana | 24,69 | 29,71 | 37,65 |
| | População rural | 75,31 | 70,29 | 62,35 |
| Minas Gerais | | | | |
| Minas Gerais | População urbana | 74,87 | 82 | 85,29 |
| | População rural | 25,13 | 18 | 14,71 |

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Barra Longa era composta por 49,19% de homens e 50,81% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Barra Longa, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos,

que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 30,29%, em 1991, para 18,8%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (6,17%, em 1991, para 13,29%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (17,17%, em 1991, para 32,55%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 2,65% da população de Barra Longa possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Barra Longa possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo seja inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁶, observa-se que em Barra Longa, no ano 2000, a razão de dependência foi de 59,13%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 52,32%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 14,34% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁶A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Barra Longa e de Minas Gerais

| | | 1991 | 2000 | 2010 |
|---------------------|------------------------|--------|--------|--------|
| Barra Longa | Razão de dependência | 68,79% | 59,13% | 52,32% |
| | Taxa de envelhecimento | 7,90% | 10,44% | 14,34% |
| | | | | |
| Minas Gerais | Razão de dependência | 65,43% | 54,94% | 45,92% |
| | Taxa de envelhecimento | 4,83% | 5,83% | 7,36% |

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a Barra Longa e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso a Barra Longa se dá pela via terrestre.

Barra Longa é atendida pela MG-262 e pela MG-829, situando-se a 172 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, encontrando-se a 62 Km de Mariana. O município é servido também por estradas vicinais, que ligam a sede às localidades rurais (MINAS GERAIS, 2016).

Em Belo Horizonte se encontram os serviços aeroviários mais próximos, uma vez que o município conta com o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte – Confins.

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Barra Longa conta com as empresas Oi e Claro como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui uma emissora de rádio.

A figura a seguir aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Barra Longa.

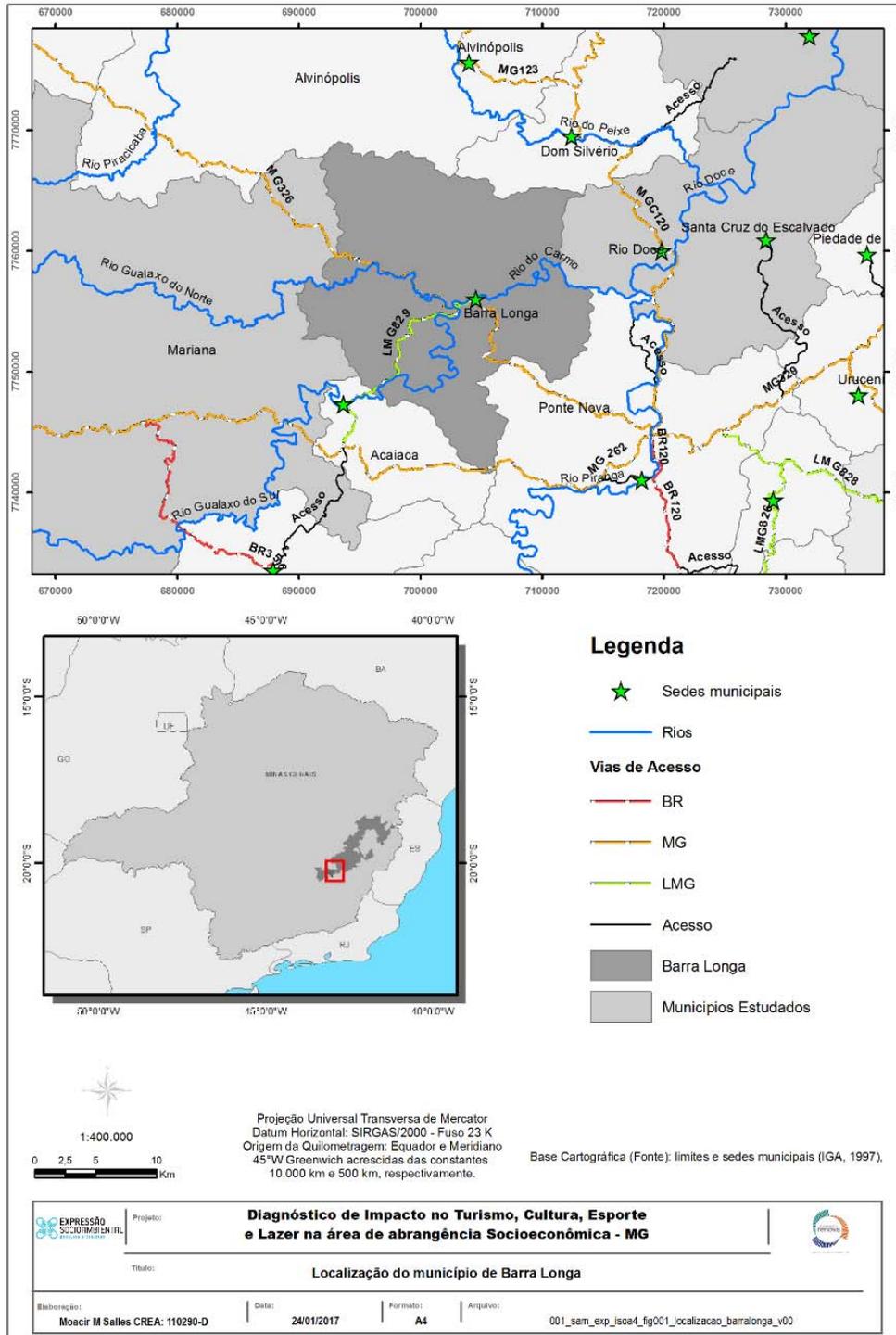


Figura 6 Mapa de localização do município de Barra Longa

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Barra Longa, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,265 do IDHM total, 0,187 do IDHM longevidade, 0,105 no IDHM renda e 0,339 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes –Barra Longa e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

| Localidade | IDHM | | | IDHM Longevidade | | | IDHM Renda | | | IDHM Educação | | |
|---------------------|-------|-------|-------|------------------|-------|-------|------------|-------|-------|---------------|-------|-------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Barra Longa | 0,359 | 0,487 | 0,624 | 0,636 | 0,724 | 0,823 | 0,508 | 0,538 | 0,613 | 0,143 | 0,296 | 0,482 |
| Minas Gerais | 0,478 | 0,624 | 0,731 | 0,689 | 0,759 | 0,838 | 0,618 | 0,680 | 0,730 | 0,257 | 0,470 | 0,638 |

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Barra Longa foi de 0,624 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientara evolução registrada nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,143 para 0,482. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,823 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Barra Longa se manteve constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Barra Longa, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente entre 2010 e 2013, alcançando crescimento de cerca de R\$ 16.149,40 frente a R\$ 93.543,00 correspondente à média dos municípios de Minas Gerais (IBGE, 2016).

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Barra Longa e de Minas Gerais (2010 – 2013)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------------------|-----------|----------|----------|----------|
| Local | PIB | PIB | PIB | PIB |
| Barra Longa | 32.527,70 | 37.182,0 | 44.606,6 | 48.677,1 |
| Minas Gerais | 578.742 | 619.103 | 645.795 | 672.285 |

Fontes: IBGE, 2016

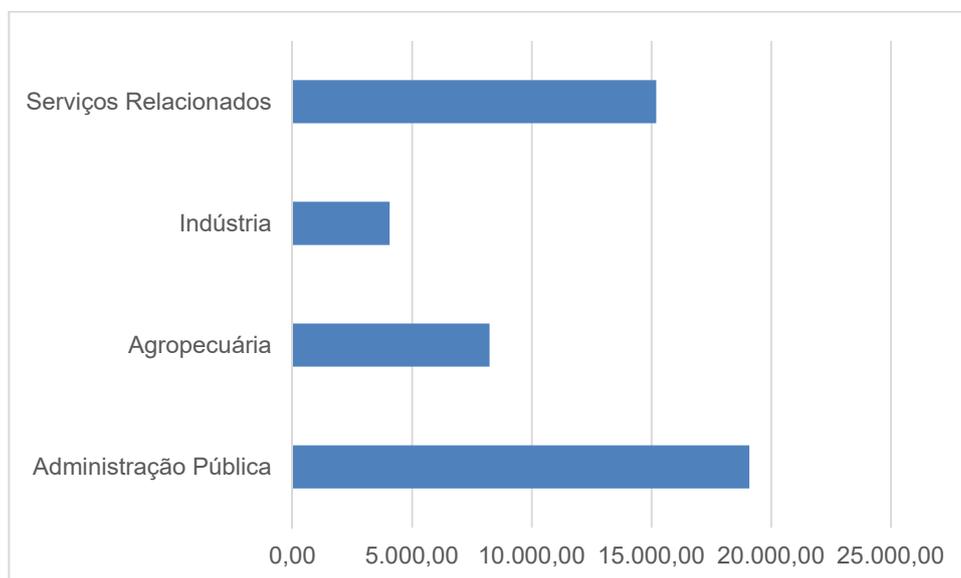
No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$5.291,64, em 2010, e R\$8.125,04, em 2013. Constatase, assim, que, em 2013, o montante foi inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,21) (IBGE, 2016).

3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Barra Longa encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são R\$ 19.085,70 e R\$ 15.196,10, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% da dinâmica econômica (DATASUS, 2016; IBGE, 2016).

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Barra Longa



Fonte: DATASUS, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes R\$ 4.061,00 e R\$ 8.231,50, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8% (DATASUS, 2016; IBGE, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Barra Longa possuía 2.636 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados na semana de referência, e 2.168 no ano de 2010, indicando queda de 17,7%. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

| Localidade | 2000 | 2010 |
|--------------|-----------|-----------|
| Barra Longa | 2.636 | 2.168 |
| Minas Gerais | 7.153.508 | 9.264.527 |

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 87 empregos em 48 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 281 pessoas em 1 estabelecimento (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística municipal, identifica-se que Barra Longa conta com a Lei Orgânica Municipal nº 6.037, instituída no ano de 1991.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura, esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Barra Longa. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁷. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Barra Longa para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema, se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Barra Longa, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Barra Longa 97 bens, serviços e atrativos.

⁷ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Barra Longa

| Tipo de manifestação | Total inventariado |
|--|--------------------|
| Equipamentos de apoio turístico | 53 |
| Equipamento de hospedagem | 3 |
| Serviço e equipamento de alimentos e bebidas | 13 |
| Transporte | 22 |
| Locais/templos de manifestação de fé | 11 |
| Serviços e equipamentos para eventos | 3 |
| Outro serviço e equipamento turístico | 1 |
| Equipamentos Culturais | 4 |
| Meios de Comunicação | 2 |
| Equipamentos Culturais | 2 |
| Equipamentos de Esporte e Lazer | 5 |
| Equipamentos de Esporte e Lazer | 5 |
| Atrativos | 29 |
| Atrativo natural | 5 |
| Atrativo cultural | 24 |
| Diversidade Cultural | 6 |
| Grupos Culturais | 6 |
| Calendário Cultural | 0 |
| Gastronomia | 0 |
| Total | 97 |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Na sequência são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na figura a seguir.

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do Município⁸”. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e

⁸O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo, e indica que “Barra Longa, em 2012, não estava entre os 207 municípios do estado que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local. Em 2009, quando o critério ‘Turismo’ foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Barra Longa não estava entre os 44 municípios de Minas que adotavam políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (FJP, 2013).

Segundo a representante municipal entrevistada, “o organograma apresentado pela prefeitura sofreu alterações. A Secretaria Municipal de Cultura e a Secretária Municipal de Turismo, Esportes e Lazer foram unificadas, formando a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de acordo com o que está no orçamento aprovado”. Assim, o município possui um órgão ou setor específico responsável pela gestão do turismo que é a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Também possui um Plano Municipal de Turismo, instituído pela Lei nº 1.084 de 2010, que é a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística municipal. Ele foi elaborado com a participação da sociedade civil por intermédio do seu Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”, assim, a denominação de PMDTS, PMT ou Plano Diretor de Turismo (PDT) de fato são instrumentos similares de planejamento, somente se diferenciando pela sua nomenclatura. De modo geral, possuem um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município, dentre outras coisas:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;

- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que é a instância de governança municipal, criado em 2010. Este possui caráter consultivo, de representação paritária e encontra-se ativo. Segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

Considera-se este o principal mecanismo que visa a participação social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive na elaboração do PMT que também contou com a participação da sociedade civil. Junto ao COMTUR, o FUMTUR também é um mecanismo importante para demonstrar a participação social no setor de turismo do município.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A FJP (2013) mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo⁹”. “Em 2013, os gastos orçamentários de Barra Longa

9 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

na subfunção Turismo representaram 1,2% do total do orçamento municipal e, em 2009, 0,0%” (FJP, 2013). Com estes números, e em comparação aos municípios deste estudo, diagnostica-se que Barra Longa obteve gastos orçamentários em 2013 acima da média dos outros.

O município ainda possui um Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), também criado em 2010 pela Lei nº 1.082. Ele se encontra regulamentado, ativo e sua gestão é feita pela Secretaria e pelo próprio Conselho. Em relação à suas fontes de recursos, elas são provenientes de dotação orçamentária própria, porém ainda não foi aprovado nenhum projeto.

Por outro lado, o município não dispõe de uma legislação de incentivo ao turismo, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade a nível municipal. Finalmente, as formas de apoio utilizadas pela prefeitura para promover, fomentar e apoiar iniciativas no setor do Turismo são por meio de apoio não financeiro e de recursos próprios, não havendo dotação orçamentária própria para o turismo.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Barra Longa participa do Programa Nacional de Regionalização, conseqüentemente da política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), estando inserido dentro do Circuito Turístico Serras de Minas.

O Circuito Serras de Minas (2016)¹⁰ tem o “objetivo de promover o fortalecimento turístico regional, despertando o interesse de empresários e do poder público para a realização de ações e programas que atraiam visitantes para a região”. Sua missão é “Promover o desenvolvimento do turismo sustentável através da integração contínua dos municípios consolidando uma identidade regional”. Seus objetivos específicos são:

- Promover a integração entre os governos municipais e o empresariado regional;
- Representar os municípios junto às políticas públicas estadual e federal;

¹⁰ <http://www.serrasdeminas.org.br/institucional.php?inst=127>

- Informar os municípios sobre as oportunidades de recursos disponíveis para o desenvolvimento econômico da região;
- Auxiliar os municípios e a iniciativa privada na elaboração de novos roteiros, potencializando o receptivo local;
- Divulgar os roteiros turísticos regionais para o público externo;
- Investir em parcerias institucionais que fortaleçam o turismo regional;
- Despertar o interesse das comunidades locais para a importância de se oferecer produtos turísticos de qualidade;
- Fomentar projetos de infraestrutura e capacitação;
- Ser um posto de informações turísticas.

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e terá, em 2017, ano de referência de 2015, o repasse do montante de R\$ 1.934,89¹¹. Essa política visa induzir os municípios a estruturarem suas respectivas políticas de desenvolvimento do turismo sustentável por meio de transferências de recursos do ICMS mediante comprovada execução de programas e projetos na área.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Em relação aos meios de hospedagem, que nos manuais do INVTUR estão caracterizados como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”, foram inventariados três estabelecimentos no perímetro urbano. Não é possível estabelecer quantas unidades habitacionais e quantos leitos o município de Barra Longa

¹¹Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

conta, pois um dos empreendimentos foi atingido pelo rompimento da barragem e encontra-se fechado por tempo indeterminado, o outro está fechado por motivo de reforma e o único em funcionamento foi locado pela Samarco para acomodar os empregados que estão trabalhando na região.

Tabela 8 Meios de hospedagem em Barra Longa



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Em relação aos empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas que prestam serviços remunerados, foram identificados 10 estabelecimentos.

Os locais inventariados foram:

Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas em Barra Longa

Restaurante e Pizzaria do Fernandão



Bar do Betinho



Restaurante de Marli Aparecida Machado Meireles



Bar da Selma





Padaria Pão da Praça



Cachaça Tiara



Panificadora do Lucas



Bar e Restaurante Casa Velha





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

Durante os trabalhos de campo foram identificados vinte e dois taxistas como serviços de transporte turístico na cidade de Barra Longa.

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Os trabalhos de campo realizados permitiram identificar que o município não conta com nenhum serviço de agenciamento turístico.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Em Barra Longa foram identificados três espaços que podem ser utilizados para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows ou outros serviços, são eles: Parque de Exposição de Barra Longa, Salão Paroquial e Salão Comunitário Amélia Petrina.

Tabela 10 Espaço para eventos

| Salão Paroquial | Salão Comunitário Amélia Petrina |
|---|--|
|  |  |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados onze locais e templos de fé em Barra Longa, a saber:

Tabela 11 Locais e templos de fé de Barra Longa

| Capela Nossa Senhora da Conceição (Capela de Gesteira) | Capela do Senhor Bom Jesus |
|---|--|
|  |  |



Capela Nossa Senhora do Bom Sucesso



Capela de Nossa Senhora do Rosário



Centro Espírita Irmão José



Capela Sagrado Coração de Jesus





Capela de Santo Antônio



Igreja Matriz de São José



Capela Senhor dos Passos



Capela Sebastião (Capela do Pimenta)





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município de Barra Longa.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais e, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela união, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa no município de Barra Longa. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginárias, telas, indumentárias, decorações, mobiliário, objetos de culto, dentre outros.

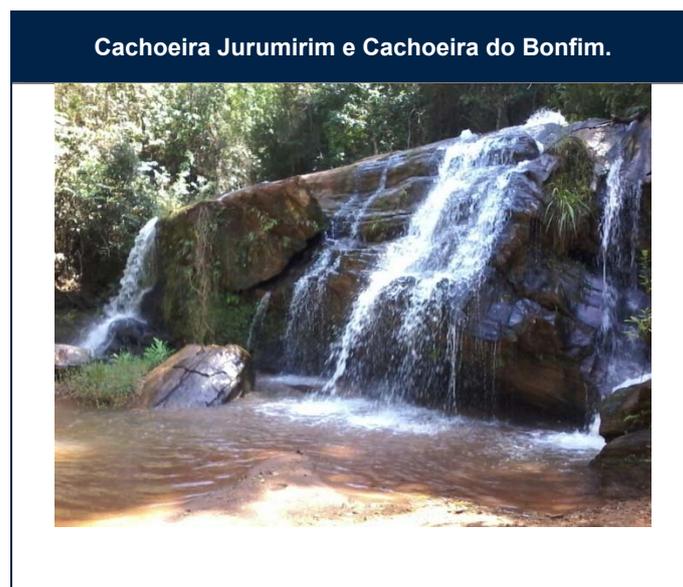
3.2.1.2.7 Atrativos Naturais

O município possui quatro importantes atrativos naturais, de grande interesse de preservação: o Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios Gualaxo e Carmo; a Cachoeira Jurumirim; a Gruta São Gonçalo (Gruta Botocudo); a Cachoeira do Bonfim. Este último atrativo localiza-se em propriedade particular, porém, o acesso é livre.

Tratam-se de lugares de elevada importância simbólica, territorializados pelas práticas socioculturais e de lazer das comunidades local e regional, que atraem visitantes para caminhada, banho e demais atividades recreativas.

Tabela 12 Atrativos naturais

| Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios Gualaxo e Carmo | Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios Gualaxo e Carmo |
|--|---|
|  |  |



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura abaixo traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 8 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Caderno de orientação aos municípios, 2016.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Barra Longa, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços

e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão pública de cultura em Barra Longa é uma atribuição da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, órgão que, como se nota, acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹², da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Barra Longa aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, em 21/03/2013, através do Processo 01400.023945/2012-00 da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Tal acordo tem como objeto “estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município”.

Conforme apurado em entrevistas realizadas em campo pela empresa Expressão Socioambiental, em 2016, o município não instituiu o Sistema Municipal de Cultura. Por sua vez, o Plano Municipal de Cultura foi elaborado, com a participação da comunidade, mas não foi instituído por instrumento legal.

¹²O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

Através da análise de dados e informações obtidas em entrevistas foi possível perceber que o foco da política cultural local é na preservação do patrimônio, material e imaterial.

Na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹³ realizada pelo IBGE, consta que os principais objetivos da política municipal de cultura em Barra Longa são: preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural; descentralizar a produção cultural; garantir a sobrevivência das tradições culturais locais e democratizar a gestão cultural.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Barra Longa não possui Conselho Municipal de Cultura, mas dispõe de Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 016, de 26/03/2001. Este é formado por sete membros e respectivos suplentes. Conforme previsto no Artigo 2º da supracitada lei, os membros do Conselho são designados pelo Prefeito Municipal, “com representação equilibrada do Poder Público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil do Município, de notório conhecimento na matéria, nas áreas ou de história; ou antropologia; ou arqueologia e urbanismo; ou artes plásticas”.

Destaca-se que em Barra Longa foi realizada uma edição da Conferência Municipal de Cultura, em 2008. Tais conferências são, geralmente, realizadas a cada dois anos. Em campo apurou-se que Barra Longa não enviou representantes para as conferências estaduais ou nacionais, mas dados do MINC indicam a presença do município na 3ª Conferência Nacional de Cultura.

¹³ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Em Barra Longa não há Fundo Municipal de Cultura e tampouco Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Todavia, o município possui Fundo Municipal de Patrimônio Cultural - FUMPAC, instituído pela Lei nº 1.082, de 08/09/2000, regulamentado e em funcionamento. Foi informado que a fonte de recursos do referido Fundo é a cota-parte do ICMS Cultural, mas que ainda não foram lançados editais ou chamadas de projetos para financiamento com recursos nele aportados.

Os resultados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social revelam que o esforço orçamentário de Barra Longa para o desenvolvimento da política cultural local oscilou entre os anos 2007, 2011 e 2013. Observa-se que o esforço orçamentário e os gastos *per capita* em difusão cultural registraram elevação entre os anos 2007 e 2011 e queda no ano de 2013. Por sua vez, o esforço orçamentário e o gasto *per capita* com a política de preservação do patrimônio cultural registraram elevação constante nos anos 2007-2011-2013.

Tabela 13 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Barra Longa, 2007-2013

| Ano | Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural | Gasto per capita com difusão cultural | Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural | Esforço Orçamentário em difusão cultural |
|-------------|---|---------------------------------------|--|--|
| | R\$ correntes | R\$ correntes | % | % |
| 2007 | 2,39 | 0,85 | 0,2 | 3 |
| 2011 | 5,38 | 92,58 | 0,3 | 5,9 |
| 2013 | 12,26 | 26,05 | 0,5 | 1,1 |

Fonte: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas>, 2016.

Os recursos do orçamento municipal destinados à cultura nos anos de 2014 e 2015 estão expressos na tabela a seguir, segundo a função e o tipo de despesa, de acordo com o portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁴.

Observa-se que a pequena redução nas despesas liquidadas pela Prefeitura entre os anos 2014 e 2015 foi acompanhada por queda significativa nos valores destinados às diversas funções ligadas à Cultura. Em 2014, os gastos liquidados com a política cultural foram pouco acima de R\$ 531 mil, o que correspondeu a 4,5% do orçamento municipal anual executado. Já em 2015 foram gastos cerca de R\$ 150 mil com a Cultura, correspondentes a 1,3% do total das despesas liquidadas pela Prefeitura.

Ao se avaliar os itens e rubricas de cada função, vê-se que do valor de 2014 da Função Cultura, 33% foram destinados à subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e o restante – 67% - à Difusão Cultural. Esta última rubrica foi dividida para pagamento de manutenção, pagamento de pessoal e custeio da Secretaria Municipal de Cultura (22% do total) e realização do carnaval, festas cívicas e populares (78% da rubrica).

Já no orçamento de 2015, com a significativa redução dos valores aplicados na função Cultura, houve também mudança considerável na distribuição dos recursos, ficando a subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico com 67,5% dos recursos disponíveis e a subfunção Difusão Cultural com 32,5% dos gastos executados (dos quais R\$ 44 mil para a manutenção e custeio; R\$ 3.600 destinados à subvenção da Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo e R\$ 910,00 para subvenção à realização do carnaval e festas cívicas).

¹⁴Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

Tabela 14 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Barra Longa, 2014-2015

| Item / descritivo | Ano | |
|---|---------------|---------------|
| | 2014 | 2015 |
| Despesa total Prefeitura (valor atualizado) | 13.668.100,00 | 19.148.000,00 |
| Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado) | 11.845.580,97 | 11.145.961,64 |
| Despesa total função Cultura (valor executado e liquidado) | 531.667,19 | 150.193,93 |
| Despesa total subfunção Patrimônio histórico, artístico e arqueológico (valor executado e liquidado) | 175.694,12 | 101.277,80 |
| Despesa total subfunção Difusão Cultural (valor executado e liquidado) | 355.973,07 | 48.916,13 |

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016.

Vale destacar que foi informado na pesquisa de campo que as principais fontes de recursos para apoiar e fomentar a cultura são as dotações orçamentárias próprias ou os recursos obtidos através do ICMS cultural, sendo pequena a participação do setor empresarial no financiamento da cultura na cidade.

O município de Barra Longa tem participado ativamente da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁵, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

¹⁵ O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir, Barra Longa vinha apresentando tendência ao crescimento de sua pontuação e de valores repassados, no entanto esses resultados foram impactados com o Evento, que interrompeu ações previstas no município. Com efeito, houve redução da pontuação para o exercício 2017, o que também vai significar diminuição nos valores a serem recebidos.

Tabela 15 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Barra Longa 2013-2017

| Município | ICMS exercício 2017 | ICMS exercício 2015 | ICMS exercício 2013 |
|-------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Barra Longa | 9,28 | 14,37 | 10,50 |

Fonte: IEPHA, 2016.

Tabela 16 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Barra Longa 2014-2016

| Municípios | Valor ICMS 2014 | Valor ICMS 2015 | Valor ICMS 2016* |
|-------------|-----------------|-----------------|------------------|
| Barra Longa | 312.516,66 | 290.344,98 | 224.375,35 |

Fonte: FJP, 2016.

*O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Em 2013, Barra Longa, juntamente com 72,6% dos municípios do estado, não apresentava pluralidade de equipamentos culturais (IMRS)¹⁶.

Quando da realização da pesquisa de campo pela Expressão Socioambiental, em 2016, Barra Longa possuía Inventário de Oferta Turística - INVTUR -, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Por essa razão, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e/ou atualizadas na ocasião da realização da pesquisa de campo.

Os levantamentos em campo possibilitaram inventariar vinte atrativos culturais, organizados com base em seus aspectos materiais e imateriais. Ressalta-se que esses atrativos culturais podem também contribuir para a atração de fluxos turísticos.

¹⁶ Os equipamentos culturais, no caso da construção deste indicador, estão representados pelos museus, teatros, centros culturais, cinemas e arquivos públicos.

Tabela 17 Atrativo cultural

| Tipo de atrativo cultural | Nome oficial |
|--|---|
| Saberes e Fazeres | Efigênia Cardoso Mesquita (Dona Efigênia) |
| Artesanato | Associação das Barralenguense de Bordadeiras e Artesãos |
| Institutos Culturais | Biblioteca Municipal de Barra Longa |
| Gastronomia Típica e Artesanato | Clélia Pereira Pimenta |
| Artesanato | Denise Freitas Ferreira Brandão |
| Artesanato | Raimunda Batista Freitas Ferreira (Zizinha) |
| Músicas e Danças | Fafá da Barra |
| Músicas e Danças | União Musical São José |
| Saberes e Fazeres | Louderima Moreira Ferreira (Dona Loudes) |
| Instituições Culturais | Casa de Cultura Dr, Armando Pereira de Souza |
| Saberes e Fazeres | Muci Daniel Kifuri |
| Artesanato | Maria Goretti Lanna Rola |
| Saberes e Fazeres | Geraldo Sérgio da Cruz (Nem) |
| Músicas e Danças | Jeferson Coimbra da Cruz |
| Gastronomia Típica | Raimundo Sérgio Ferreira (Serginho) |
| Saberes e Fazeres | Maria Antônia de Jesus (Dona Lia) |
| Saberes e Fazeres | Antônio Felipe (Tio Toca) |
| Artesanato | Artes Selas Ferreira |
| Artesanato | Tiago Aposto da Silva |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2.1 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Barra Longa possui uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Municipal de Barra Longa, datada de 1973. Ocupando um modesto espaço de 16m², em edificação que se encontra em bom estado de conservação, a referida biblioteca possui um acervo de 10 a 15 mil livros, 900 leitores registrados e, em média, a frequência de 16 leitores mensais (SUB/SEC, 2016).

Assim como 79,8% dos municípios mineiros, Barra Longa não possui Arquivo Público Municipal (IMRS, 2013). O arquivo público é um equipamento que guarda e ordena como fonte de informação e de pesquisa o conjunto de documentos de origem pública e privada de interesse público e social, que preserva a memória local e a reconstrução e apropriação da história política, social e econômica do lugar.

Há na Câmara dos Vereadores um espaço denominado Centro de Memória, que foi desativado após o Evento para que fosse possível acolher as doações recebidas pelo município.

3.2.2.2.2 Atrativos Culturais

O município possui também a Casa da Cultura Dr. Armando Pereira de Souza, local onde as artesãs realizam e comercializam seus trabalhos de bordado.



Figura 9 Casa da Cultura Dr. Armando Pereira de Souza

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis na MUNIC 2014 apontam a presença de grupos e artistas no município ligados a várias manifestações, entre elas: manifestações populares tradicionais, dança, banda de música, coral, bloco carnavalesco e artesanato. Nesse último quesito, foram informadas as modalidades do bordado, da culinária típica e dos trabalhos em madeira.

Esta diversidade foi confirmada e ampliada pelos entrevistados na pesquisa de campo realizada pela empresa Expressão Socioambiental, em 2016. Na ocasião, os entrevistados citaram alguns dos expoentes e grupos em atividade no município. É importante destacar que não se trata aqui de realizar um cadastro ou listagem exaustiva de todas as manifestações e artistas de Barra Longa, mas antes de oferecer uma visão panorâmica da diversidade cultural local.

Assim, foi mencionado que as principais expressões culturais do município estão ligadas às manifestações religiosas e suas festas, aos ofícios tradicionais, artesanato e música.

Algumas destas manifestações são inclusive inventariadas ou protegidas como patrimônio imaterial municipal, como se verá no próximo item.

Na área do artesanato, destaca-se a atuação da Associação Barralouguense de Bordadeiras e Artesãs, criada em 2003 e já associada à Rede de Empresários da Estrada Real. As artesãs realizam seus trabalhos na Casa de Cultura de Barra Longa e desenvolvem várias modalidades de bordado, entre elas crivo, *richelieu*, bainha, matiz, ponto cruz, além do crochê.



Figura 10 Exposição da ABBA na Casa da Cultura

Fonte: goo.gl/IFTf1A, 2016



Figura 11 Trabalhos em bordado produzidos pela ABBA

Fonte: <http://abba-blonga.blogspot.com.br/search/label/P%C3%81GINA%20INICIAL>, 2016

Foi citada também a produção de selas artesanais, pela Artes Selas Ferreira, empresa familiar que realiza trabalhos artesanais em couro e, desde 1956, vem passando o ofício de geração a geração.

Na área da música, destaque para as duas bandas: a Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo, fundada em 1981, e a União Musical São José, criada em 1850. Conforme apurado em fontes de dados secundários, a Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo possui um grupo de 32 músicos e também oferece em sua sede aulas de música para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Fotos históricas da União Musical São José



Figura 12 Fotos históricas da União Musical São José

Fonte: <https://www.facebook.com/uniaomusicalsaojose/>, 2016

Apresentação da Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo



Figura 13 Apresentação da Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/QUVwyxydLY/hqdefault.jpg>, 2016

Também foi mencionada a cultura tradicional da Seresta e o músico Flávio Márcio Ferreira de Freitas, o Fafá da Barra, que já tem quatro CDs gravados.



Figura 14 Fafá da Barra

Fonte: <https://www.kickante.com.br/campanhas/fafa-da-barra-alem-das-estrelas>, 2016



Figura 15 Inauguração da escultura em homenagem aos seresteiros, Jornada do Patrimônio cultural 2010

Fonte: goo.gl/DTzzGG, 2016

Na área das manifestações culturais religiosas, foram citados o Grupo de Congado Marujo Nossa Senhora Aparecida e a Folia de Reis de Barreto. O relatório da empresa H&P, 2016, informa que nas comunidades de Dobra e de Pimenta também há grupos de congado.



Figura 16 Folia de Reis de Barreto

Fonte: goo.gl/ot4mf0, 2016



Figura 17 Encontro dos grupos folclóricos no Festival de Folclore 2009

Fonte: <http://barralongacultura.blogspot.com.br/2009/09/1-festival-de-folclore-de-barra-longa.html>, 2016

Na gastronomia típica foram citadas a produção de biscoitos, doces, quitandas e cachaça. A cachaça Tiara é produzida desde 1940 e sua qualidade é reconhecida no país e no exterior.



Figura 18 O tradicional Biscoito Gazeta

Fonte: http://sites2.uai.com.br/guiagastronomia/barralonga_biscoitogazeta.htm, 2016.



Figura 19 Stand da Cachaça Tiara na Jornada do Patrimônio Cultural 2010

Fonte: goo.gl/fVbeB5, 2016.

Doces e quitandas típicos expostos no Festival de Folclore 2009



Figura 20 Doces e quitandas típicos expostos no Festival de Folclore 2009

Fonte: goo.gl/1jGdp5, 2016.

O Grupo de Capoeira Fênix realiza atividades semanalmente ao lado da Igreja Matriz, aberto a novos participantes.

Por fim, é importante mencionar um personagem do imaginário local que é o Caboclo-D'água, ser que assombra moradores e animais da região, uma mistura de pássaro, galinha, macaco e lagartixa. Já foi personagem de desenhos e escultura, de músicas e até de um filme documentário, além de ter sido oferecida recompensa por sua captura pela Associação dos Caçadores de Fantasmas de Mariana e Região.

Retrato falado e Escultura do Caboclo D'água



Figura 21 Retrato falado e Escultura do Caboclo D'água

Fonte: goo.gl/CUOgce e goo.gl/trkz0o, 2016.

Quanto às ações específicas de formação artística e cultural no município, a pesquisa de dados secundários revelou que há oficinas e cursos oferecidos pelas bandas de música, pela ABBA e pela própria Casa de Cultura de Barra Longa. O Projeto Bordadeiras, que tem como objetivo estruturar o trabalho das bordadeiras e fomentar o turismo de Barra Longa, atualmente não possui parceiros e recursos disponíveis (H&P, 2016).



Figura 22 Oficinas oferecidas pela ABBA

Fonte: [http:// goo.gl/XQA9ZX](http://goo.gl/XQA9ZX), 2016

3.2.2.4 Calendário Cultural

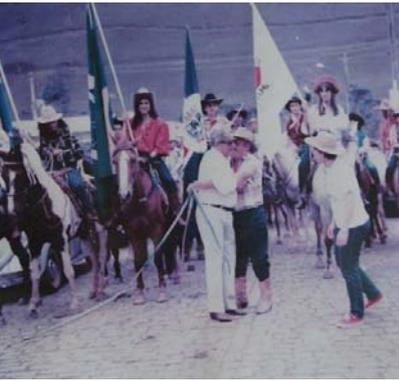
Conforme apurado em entrevistas realizadas em campo e em pesquisas em fontes de dados secundários, os principais eventos de Barra Longa são:

- Janeiro - Folia de Reis de Barreto e Gesteira;
- Fevereiro – Carnaval;
- Abril - Festa de São José, padroeiro da cidade;
- Março / abril - Semana Santa;
- Junho - Festa do Sagrado Coração de Jesus;
- Junho / julho – Festa junina, com Arraiá de São José;
- Setembro - Festa do Barralenguense Ausente, com cavalgada e shows;
- Outubro – Festa de Nossa Senhora Aparecida;
- Dezembro – Natal e Réveillon; Festa do Divino.

Tabela 18 Calendário cultural

| Carnaval | Festa junina | Arraiá de São José |
|---|---|---|
|  |  |  |

Fonte: goo.gl/976cdM, 2016

| Festa do barralonguense ausente | | |
|---|---|--|
|  |  |  |

Fonte: <http://barralongacultura.blogspot.com.br/2011/09/barralonguense-ausente-2011.html>, 2016

Celebração em honra a São José



Festival de Folclore de Barra Longa

Festival de Folclore de Barra Longa
6 DE SETEMBRO DE 2009
LOCAL: PRAÇA MANOEL LINO MÓL
A PARTIR DAS 16:00hs.

PROGRAMAÇÃO

- CORPORAÇÃO MUSICAL UNIÃO NOSSA SENHORA DO CAIRMO E UNIÃO MUSICAL SÃO JOSÉ
- ENCONTRO DE GRUPOS FOLCLÓRICOS (MARIJO, CONGADO E FOLIA DE REIS)
- EXPOSIÇÕES DE COMIDAS TÍPICAS, ARTESANATO, BEBIDAS, PLANTAS MEDICINAIS, BORDADOS (ABBA)
- CAUSOS (CONTADOR), TENDA MISTERIOSA, POESIA, DANÇAS E TEATRO

MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS NA PRAÇA MANOEL LINO MÓL COM A PRESENÇA DO ARCEBISPO DE MARIANA E PRESIDENTE DA CNBB "DOM GERALDO LYRIO ROCHA" ÀS 18 HS.

SHOWS COM
MATEUS E SPANRIO
ARTISTAS DA TERRA
BANDA FOLCIS

REALIZAÇÃO:
PROFESSORIA MUNICIPAL DE BARRA LONGA - ADM. SIMPLICÍO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

APÓIO:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E.E. CLAUDIONOR LOPEL
E.M. PAULO JOSÉ FERREIRA GONÇALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

Fonte: http://barralongacultura.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html, 2016.

Oratório de Natal – Paróquia São José das Botas

O CORAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E CONVIDADOS
apresentam:
NATIVIDADE
Oratório de Natal
Da obra de José Acácio Santana

APRESENTAÇÃO EM BARRA LONGA
DATA: 18 de Dezembro, às 20h
LOCAL: Igreja Matriz de São José

Sinta o verdadeiro espírito do Natal!

PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO: [Logo]
APÓIO: [Logo]



Fonte: Página Facebook da Paróquia de São José do Brotas / Barra Longa-MG, 2016.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio cultural material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Em Barra Longa, conforme disposto no Artigo 216 da Constituição Federal, há legislação que estabelece proteção do patrimônio cultural - a Lei nº 937/2000 -, que também autoriza o Poder Executivo a instituir, por Lei Ordinária, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, o que se procedeu por meio do Decreto nº 016/2001.

Por isso, assim como 85,8% dos municípios de Minas, Barra Longa já dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural em 2013 (IMRS).

Dados do IBGE, de 2014, demonstram que, dentre os quatro principais objetivos da política cultural de Barra Longa, destacam-se a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural e a salvaguarda das tradições locais.

Barra Longa apresentou significativo crescimento da pontuação no ICMS Patrimônio Cultural entre 2013 e 2015 - de 10,50 para 14,37. Já no exercício de 2017 reduziu-se a pontuação para 9,28, entretanto essa pontuação ainda mantém Barra Longa acima da média estadual, que é de 7,83 para 2017.

Os bens culturais protegidos pelo instituto do Tombamento municipal são:

- Capela e Imagem de Nossa Senhora do Rosário, Decreto nº 039/2002;
- Igreja Matriz de São José, Decreto nº 049/2002;
- Quatro Imóveis de propriedade particular, Decreto nº 050/2003 - localizados na Praça João Patrício Xavier, na Av. Capitão Manoel Carneiro, na Av. Capitão Monoel Carneiro e na Rua Matias Barbosa. Esta última foi a primeira sede da Prefeitura Municipal, antes de abrigar a Escola e Coletoria Pública Estadual;
- Conjunto Arquitetônico da Fazenda Nossa Senhora Conceição das Corvinas, Decreto nº 117/2005 - Edificações da sede: casa grande, engenho, garagem, caixa d'água, paiol, curral, terreiro de café, usina, escola, engenho de pedra e duas casas de colono;
- Conjunto Paisagístico do Encontro dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, Decreto nº 158/2007.

Bens Culturais Imateriais Inventariados em 2005:

- Artesanato do Bordado
- Banda de Música Nossa Senhora do Carmo
- Biscoito Gazeta
- Congado
- Corporação Musical São José
- Folia de Reis
- Festa do Divino
- Festa do Sagrado Coração de Jesus
- Semana Santa
- Comunidade de Felipe dos Santos

Lugares identificados em 2015:

- Povoado Água Fria
- Povoado Barreto
- Povoado Bico de Pato
- Povoado Bom Sucesso
- Povoado Bonfim
- Povoado Bonito
- Povoado Caqui Grande
- Povoado Caqui Pequeno
- Povoado Covanca
- Povoado Cunha
- Povoado Dobra
- Povoado Engenho Fernandes
- Povoado Engenho Silveira
- Povoado Fragoso
- Povoado Gesteira
- Povoado Paiol da Cunha
- Povoado Pimenta
- Povoado Pouso Alto
- Povoado Rocinha

- Povoado São Gonçalo
- Povoado Tabões

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Barra Longa participa regularmente das atividades e ações educativas da Jornada Mineira do Patrimônio cultural. Há registros fotográficos de edições da Jornada no blog da Casa da Cultura. Em 2015, a Escola Estadual Claudionor Lopes explorou o tema ‘Barra Longa, Passado e Presente’.



Figura 23 Barra Longa Eclesiástica

Fonte: <http://barralongacultura.blogspot.com.br/2011/08/jornada-mineira-do-patrimonio-cultural.html>, 2016.

Exposição de Fotos



Figura 24 Exposição de Fotos

Fonte: <http://barralongacultura.blogspot.com.br/2011/08/jornada-mineira-do-patrimonio-cultural.html>, 2016

Casa Mineira

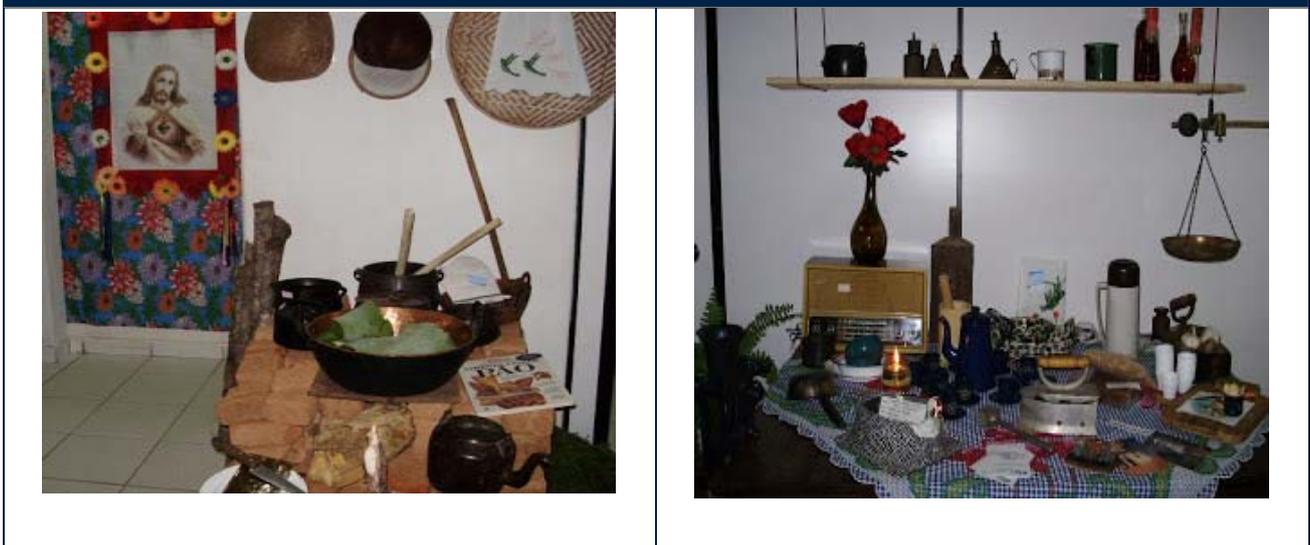


Figura 25 Casa Mineira

Fonte: <http://barralongacultura.blogspot.com.br/2011/08/jornada-mineira-do-patrimonio-cultural.html>, 2016

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto a cidadania, a identidade cultural e a memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural. Em 2015, o bem escolhido foi a Capela de São Sebastião. Participaram do projeto as turmas do 5° e 6° ano da Escola Municipal Albina de Souza Pontes.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Barra Longa, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Barra Longa é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

No levantamento de dados em campo obteve-se a informação de que embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Barra Longa não implementou um Plano Municipal de Esporte e

Lazer. O município também não possui sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Conforme dados coletados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, o município dispõe do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei Municipal nº 1.087 de 08 de setembro de 2010. O referido conselho é consultivo e a sua representação é paritária; entretanto, o mesmo encontra-se inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, o município não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e tampouco legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

De acordo com a representante municipal entrevistada, Barra Longa possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, porém, ela não soube informar o percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. Ela informou que a Prefeitura utiliza de recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas de esporte e lazer.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹⁷ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS Esporte e Lazer, apontou que em 2013 os gastos orçamentários de Barra Longa nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,0% do orçamento municipal total. Em 2009, esse

¹⁷O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

percentual era de 1,0%. (FJP, 2013), o que representa uma supressão de 1,0% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

Vale ressaltar que a entrevistada relatou que houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município no último período. Segundo ela relatou, toda a renda dos campos de futebol, que foram impactados com o Evento, era adquirida através dos campeonatos e eventos realizados nesses locais.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que o município de Barra Longa não tem participação em programas desenvolvidos pelo Governo de Minas Gerais.

Nos levantamentos em campo foi registrado que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato Municipal e Campeonato Regional de Futebol.

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁸, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que “Barra Longa, com um índice de 29 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

¹⁸O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado em 25/10/2016 no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, possibilita notar que o município de Barra Longa não obteve pontuação no período avaliado, visto que seu Conselho Municipal de Esportes se encontra cadastrado, porém inativo (Minas Gerais, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base - ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (Minas Gerais, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui cinco espaços de esporte e/ou lazer que se constituem em ponto de encontro da comunidade para recreação, lazer, realização de festas da cidade, atividades físicas, escolares, esportivas e culturais.

São os seguintes os espaços de esporte e/ou lazer inventariados:

- Quadra de Gesteira
- Rodoviário Esporte Clube
- Estrela Futebol Clube
- Estádio Beira Rio – Esporte Clube Barra-longuense
- Praça Manoel Lino Mol

Tabela 19 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

| Quadra de Gesteira | Estrela Futebol Clube |
|---|--|
|  |  |
| Estádio Beira Rio | Praça Manoel Lino Mol |
|  |  |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Praça Manoel Lino Mol é a única praça dotada de infraestrutura de lazer e entretenimento na sede de Barra Longa. Esta área de lazer foi totalmente destruída em decorrência do Evento e, por isso, foi reconstruída. Após a reconstrução ela foi pavimentada e hoje tem

canteiros gramados, além de ser equipada com bancos de madeira e postes de iluminação. Ela se constitui em importante referência no território, tendo se consolidado como ponto de socialização da comunidade para recreação, descanso, encontros, distração, lazer e realização de diversificadas atividades políticas e culturais.

Tal como apresentado no diagnóstico do município produzido pelos especialistas do setor Turismo, durante o trabalho de campo realizado em Barra Longa foi possível identificar e inventariar quatro atrativos que possuem elementos naturais e que podem ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer: Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios Gualaxo e do Carmo, Cachoeira Jurumirim, Gruta São Gonçalo (Gruta Botocudo) e Cachoeira do Bonfim.

3.3 Comunidades Rurais Próximas ao Rio Gualaxo

O levantamento de campo identificou três comunidades rurais próximas ao rio Gualaxo no município de Barra Longa: Gesteira, Mandioca e Barreto. A localização dessas comunidades está representada pela Figura 26, a seguir. Devido ao grande impacto sofrido pelas comunidades de Barra Longa, optou-se aqui por fazer um diagnóstico buscando dados que precedem o Evento, identificando assim equipamentos turísticos, culturais, de esporte, lazer, bens, manifestações, patrimônios culturais e naturais existentes em cada localidade, independente do seu atual estado, visando assim subsidiar a Avaliação de Impacto.



Figura 26 Mapa de localização das comunidades de Gesteira, Mandioca e Barreto

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3.1 Comunidade de Gesteira

Localizada a cerca de 9 km em linha reta da sede de Barra Longa, a comunidade de Gesteira é formada por dois aglomerados urbanos, divididos pelo rio Gualaxo do Norte: Gesteira Nova, também conhecida como Gesteira de Cima, e Gesteira Velha, ou Gesteira de Baixo. A parte 'nova' da comunidade se formou a partir de uma enchente ocorrida em 1979, que inundou grande parte das moradias que se encontravam próximas ao rio Gualaxo, fazendo com que a população migrasse para uma área mais alta.



Figura 27 Comunidade de Gesteira a direita e ponte de ligação a comunidade sobre o rio Gualaxo.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 28 Comunidade de Gesteira, detalhe ao fundo a esquerda igreja católica de Gesteira.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Dados do IBGE apontam que no ano de 2010, Gesteira possuía 71 domicílios, totalizando uma população de 115 pessoas. A comunidade tem caráter essencialmente domiciliar, possuindo comércios de pequeno porte, como mercearias, além de equipamentos públicos, como uma escola municipal, uma creche, uma unidade de saúde, uma igreja com imagens sacras (Igreja Nossa Senhora da Conceição), um salão paroquial e um cemitério, localizado na parte nova. As principais ocupações dos habitantes do distrito são voltadas para as atividades rurais, sendo que a produção de leite tem grande importância na economia local (HERKENHOFF & PRATTES, 2016).

A relação da comunidade com o rio está fortemente ligada ao turismo, ao esporte e lazer, uma vez que este é utilizado para natação e pesca. Esta última, além de ser praticada pelos moradores locais, atrai muitos visitantes. Além do rio como opção de lazer, Gesteira conta com um campo de futebol, utilizado pela comunidade há mais de 50 anos, sendo um importante ponto de socialização, tanto entre os moradores do local, quanto destes com os distritos vizinhos, uma vez que o local é utilizado para jogos que atraem moradores de outras localidades.



Figura 29 Vista panorâmica aérea de Gesteira com visada frontal da ponte sobre o rio.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 30 Vista panorâmica aérea de Gesteira com visada lateral da ponte sobre o rio.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para além das atividades de lazer, o rio também é utilizado em rituais de batizados evangélicos. Outra prática religiosa da comunidade é a reza do terço dos homens, que atrai participantes de comunidades vizinhas. O festejo católico de maior importância na comunidade é a Festa de Nossa Senhora da Conceição, quando acontece uma missa em homenagem à santa, seguida de bingo. Também são montadas barraquinhas para venda de comida e bebidas. Outras celebrações religiosas também são realizadas na comunidade, tais como Adoração do Santíssimo Sacramento, Missa de Quarta-feira de Cinzas,

celebrações do mês de Maria, Semana Nacional da Família, Festa de São Vicente de Paulo, visita ao cemitério, culto de finados, novena natalina e celebração de missas.

Na comunidade está se formando também uma associação para a produção de doces e geleias para venda no mercado local e para turistas, inicialmente seria utilizada a casa paroquial para as atividades dessa associação.

3.3.2 Comunidade da Mandioca/ Sítio Sidreira

A comunidade da Mandioca se localiza a cerca de 10 km, em linha reta, da sede do município de Barra Longa, se caracterizando por um pequeno aglomerado de aproximadamente cinco casas, com forte caráter rural, sendo a lavoura a principal atividade econômica local. Os moradores de Mandioca são, em sua maioria, de uma mesma família.

Seu acesso se dá por uma via não pavimentada. Situada a poucos quilômetros de Gesteira, os moradores de Mandioca possuem estreita relação com a comunidade vizinha, frequentando os cultos religiosos na Igreja Nossa Senhora da Conceição, indo rezar o terço dos homens e utilizando o campo de futebol.



Figura 31 Vista da comunidade Mandioca a esquerda.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Figura 32 Vista frontal comunidade Mandioca a partir do rio Gualaxo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

No que tange ao lazer, a comunidade conta com o rio Gualaxo do Norte, onde os moradores desenvolvem as atividades de pesca e nado. Além disso, o futebol tem espaço relevante no que se refere ao lazer. Mandioca também possui forte religiosidade, com destaque para a prática das Conferências do Sagrado Coração de Jesus e de São Vicente de Paula. A comunidade possui também um grupo de Folia de Reis.

3.3.3 Comunidade de Barreto

Barreto se localiza a 13,5 km da sede de Barra Longa em linha reta, na divisa com o município de Mariana, estando próxima aos distritos de Gesteira e Campinas. Com aproximadamente 40 casas, a comunidade é caracterizada como rural, tendo sua economia baseada na agricultura e pecuária, voltadas sobretudo para subsistência.



Figura 33 Vista comunidade de Barreto

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Figura 34 - Cachoeira localizada entre as comunidades de Barreto e Campinas utilizada pelas duas comunidades.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

O rio Gualaxo do Norte possui forte influência sobre o cotidiano dos moradores de Barreto, sendo utilizado como fonte de areia pelos moradores e ‘cerca natural’ para a criação de gado. Além disso, o rio é utilizado para a pesca e nado, tendo grande relevância na prática esportiva e no lazer local. Ainda no que se refere à prática esportiva e lazer, observa-se que o futebol tem destaque, sendo que os moradores de Barreto utilizam o campo de futebol de Campinas.

Dentre as manifestações culturais e religiosas comemoradas pela comunidade está a Cavalgada de Barreto, a Festa da Nossa Senhora do Pilar, Festa das Três Imagens, Festa do Divino Espírito Santo e Festa do Menino Jesus. Vale destacar a importância dessas celebrações para o fortalecimento dos laços sociais e afetivos da comunidade

3.4 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*¹⁹, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância²⁰. As taxonomias utilizadas foram: I) Barra Longa E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Barra Longa E barragem de Fundão.

Para Barra Longa, a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. A tabela a seguir apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

¹⁹goo.gl/46bXSx

²⁰ Operíodo de realização do clippingestá compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

Tabela 20 Clipping de notícias - Barra Longa

| Título | Data de publicação | Veículo | Link de acesso | Abrangência | Impacto |
|---|--------------------|--------------------|--|-------------|----------|
| Praça interdita por Lama de barragem em Mariana será reinaugurada em Barra Longa | 29/10/16 | Uai Gerais | goo.gl/uNkFhj | Regional | Positivo |
| Moradores de Barra Longa sofrem com a poeira resultante da tragédia de Mariana | 01/08/16 | Revista Encontro | goo.gl/9rzf3O | Nacional | Negativo |
| Agricultores de MG perderam 23 milhões com o rompimento da barragem em Mariana | 16/02/16 | EBC Agência Brasil | goo.gl/kLp3Dm | Nacional | Negativo |
| Samarco finaliza obras urbanas da Barra Longa | 24/11/16 | Jornal Empresarial | goo.gl/A9X32X | Regional | Positivo |
| Obras de recuperação de Barra Longa estão em dia | 01/11/16 | Agencia Minas | goo.gl/rkKOvb | Regional | Positivo |
| Em MG, Samarco ignora crianças que estão doentes por causas dos rejeitos de Fundão | 27/09/16 | Racismo Ambiental | goo.gl/5jA95E | Regional | Negativo |
| Ibama multa Samarco em 1 milhão | 30/08/16 | Portal Brasil | goo.gl/C DhREZ | Nacional | Negativo |

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas se referem aos mais diversos temas, destacando-se a questão da poluição do município e os problemas de saúde sofrido por moradores de Barra Longa.

A primeira notícia vinculada ao portal Uai, sítio EM Minas Gerais²¹, relata que um dos pontos mais utilizados pelos moradores de Barra Longa, a Praça Manoel Lino Mol, que estava interditada desde o rompimento da barragem de Fundão foi reinaugurada. “Foram construídas novas redes de drenagem pluvial, implantada pavimentação das calçadas e a rede elétrica recuperada”. A matéria destaca que a Samarco construiu um deque semelhante a material de madeira e que o mesmo está protegido de erosão por uma parede de rochas dispostas na margem do rio.

O sítio da Revista Encontro²², por sua vez, publicou uma reportagem denominada “Moradores de Barra Longa sofrem com a poeira resultante da tragédia de Mariana”. Após a lama secar os resíduos se tornaram poeira “que acaba sendo inalada pelas pessoas”, e que em decorrência do evento já foram diagnosticados casos de pessoas com problemas respiratórios. Para contenção do problema caminhões pipa contratados pela empresa são responsáveis por molhar as ruas três vezes ao dia.

Já a matéria “Agricultores de MG perderam 23 milhões com o rompimento da barragem em Mariana”²³ faz duas menções a Barra Longa como um dos municípios que teve o maior número de propriedades atingidas. Segundo o estudo realizado nas comunidades, a área rural de Barra Longa foi a mais afetada “com 136 propriedades atingidas e prejuízo de mais de 15,3 milhões”. A reportagem reforça que estudos realizados a pedido do Governo de Minas Gerais apontam que o solo dessas propriedades rurais apresenta deficiência de fertilidade e problemas causados pelo sedimento da lama.

Outra matéria que menciona Barra Longa foi “Samarco finaliza obras urbanas da Barra Longa”²⁴, divulgada no sítio Jornal Empresarial, pontua que Barra Longa e outros locais atingidos pelo Evento tem obras de infraestrutura finalizadas. A matéria ratifica que com essas reparações a empresa cumpriu com o compromisso firmado com a população “A

21goo.gl/uNkFhj

22goo.gl/9rzt3O

23goo.gl/kLp3Dm

24goo.gl/A9X32X

empresa entende que ainda há muito a fazer e ainda serão conduzidas outras ações e implantação de novos programas socioeconômicos e socioambientais na região, que ficarão a cargo da Fundação Renova”.

A Agência Minas divulgou o cumprimento nas obras de reparação no município de Barra Longa por parte da Fundação Renova. A notícia menciona a conclusão das obras de recuperação da Praça Manoel Lino Mol. Os trabalhos serão monitorados pela Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação das Infraestruturas.

O site Combate Racismo Ambiental descreve o relato de uma moradora de Barra Longa que teve sua casa atingida pelos rejeitos da barragem e dos problemas de saúde de familiares e das dificuldades financeiras vivenciadas pela família em decorrência do evento. Ademais, a notícia reforça que Barra Longa se tornou “um canteiro de obras” devido à movimentação de máquina e que a “a cidade de menos de 5 mil habitantes, tinha 650 trabalhadores na operação”.

Por último, a matéria publicada no site Portal Brasil divulgou a multa que foi aplicada à mineradora Samarco devido “a omissão de informação em documento oficial entregue ao Ibama referente ao depósito temporário de rejeitos localizado na região de Barra Longa”. O Ibama cobra que a Samarco apresente alternativas para lavagens das vias urbanas e dispersão dos rejeitos. O site aborda ainda, que a Samarco descumpriu as ordens do órgão ambiental não apresentando soluções para resolução dos problemas causados em decorrência do Evento.

Das notícias presentes na amostra, deve-se considerar a fundamentação do conteúdo crítico, que enfatiza os problemas associados à poluição, aos prejuízos ambientais e as consequentes repercussões para a produção agrícola e para os moradores da zona rural de Barra Longa, sendo que duas das notícias mencionam a finalização de alguns dos projetos de recuperação do município.

Ademais, a maioria das notícias da amostra, traz o nome do município em seu título, o que reforça a sua associação com o Evento e, portanto, o impacto sobre a sua imagem. Sendo a maior parte desses casos referentes a veículos de alcance nacional e regional, sugere-se que a proporção de tal impacto é ainda maior. Finalmente, todas as notícias trazem imagens

essencialmente negativos, a exemplo de “prejuízo”, observa-se que o mesmo não é dominante.

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto sobre a imagem de Barra Longa é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²⁶, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁷ e a Onda Política²⁸ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁹ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³⁰, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

26goo.gl/hBGDKp

27goo.gl/BcEHVc

28goo.gl/x1VYhC

29 Organização Não Governamental

30 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Tabela 21 Textos Acadêmicos - Barra Longa

| Município de Belo Oriente | | |
|---|--|--------|
| Coleção Academia | Link de acesso | Menção |
| UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água | goo.gl/sximc2 | Sim |
| POEMAS Antes fosse mais leve a carga | goo.gl/1TTPL2 | Sim |
| POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce | goo.gl/pITJEn | Sim |
| POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento | goo.gl/jTkhRX | Sim |
| ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo | goo.gl/t9TRE2 | Não |
| POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente | goo.gl/1p3qra | Sim |
| UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras | goo.gl/M7Mwqb | Não |
| CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields | goo.gl/4oN12m | Não |

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima, é possível observar que o município de Barra Longa foi mencionado em cinco das publicações do recorte. Em “A tragédia do Rio Doce - A Lama, o povo e a água”³¹ o estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais com a Universidade Federal de Juiz de Fora. O documento dedica uma sessão para retratar o município de Barra Longa e relata como a população lidava com a situação: “causou-nos perplexidade o modo como a população transitava direto com a lama”. Nele estão presentes entrevistas e observações sobre as ações da mineradora Samarco.

³¹goo.gl/sximc2

Em “PoEMAS³² / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³³, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁴.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁵. No documento, observa-se que a primeira menção a Barra Longa se trata de uma listagem³⁶. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do rio Doce³⁷. Ademais, Barra Longa é mencionado em diversas partes do documento como um dos municípios mais afetados pelo rompimento da barragem.

O artigo “Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais”³⁸ se dedica ao levantamento de dados para compreender os processos acarretados com o Evento. A menção a Barra Longa ocorre uma vez no documento e aparece numa listagem junto a outros municípios atingidos. O artigo faz um recorte abordando o mercado da mineração no Brasil e o mercado de exportação da

³² Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

³³PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

³⁴ Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41

³⁵goo.gl/Ry1Shs

³⁶ Página 55.

³⁷ Página 62.

³⁸goo.gl/plTJEn

mineradora Samarco. Traçam elementos que, segundo os autores, ajudarão a compreender a escala de produção da mineradora, que antecede o rompimento da barragem. Além disso, quantificam os acidentes de trabalho ocorridos na empresa “indicando uma tendência de deterioração ampliada nas condições de trabalho”. Ademais, o estudo indica também o aumento no consumo de água por parte da mineradora e dos problemas institucionais da empresa como ausência de um plano de emergência. Barra Longa é citado como um dos municípios devastados pela lama.

O estudo POEMAS | Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce³⁹ realizado pelos professores da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro, relata a história de uma moradora do município de Barra Longa que teve a máquina de lavar roupas danificada em decorrência do evento. A moradora enfrentou dificuldades em obter uma nova máquina, segundo o artigo, por se tornar necessário que comprovasse não ter condições de lavar roupa na mão. Esse fato não só foi divulgado nos jornais e mídias online como foi mencionado nesse estudo que fez uso de entrevistas para aprofundar e contar o ocorrido.

O último estudo “Pedras de sangue e choro maculam a vertente: Alguma percepção de campo no contexto do desastre da mineração sobre o Rio Doce” faz menção ao município de Barra Longa em diversas partes do documento, como entrevistas realizadas com moradores locais, e as impressões dos autores do texto a partir do trabalho de campo realizado no município. Através desses relatos e registros fotográficos o artigo trata de forma negativa o Evento o que afeta diretamente a imagem de Barra Longa.

Uma vez que o município figura em um número considerável de artigos acadêmicos que tratam diretamente do rompimento da barragem e suas consequências para o meio ambiente

39

goo.gl/pITJEn

e as populações atingidas, verifica-se que Barra Longa encontra-se no cerne dessa discussão, sendo um dos mais afetados e de maior repercussão nas mídias em geral.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Em entrevista realizada com o gestor do turismo, funcionário da prefeitura do município de Barra Longa, ele assevera que o turismo é muito importante para o município, pois em épocas de crise são os eventos promovidos pela prefeitura, devido ao fluxo de turistas, que contribuem financeiramente para o município. As principais potencialidades observadas no município são os eventos e o artesanato locais. E os principais pontos turísticos do município são: Caminho de São José; Cachoeira Jurumirim; Igreja de São José; e Gruta dos Botocudos. As características marcantes do turismo no município são Religiosas, de Lazer e Cultural.

As principais dificuldades observadas para o desenvolvimento do turismo local, segundo o gestor entrevistado, são a falta de recursos financeiros. Ainda segundo o entrevistado, existe um bom relacionamento entre o poder público e a iniciativa privada do turismo. E as formas de apoio utilizadas pela prefeitura para promover, fomentar e apoiar iniciativas no setor do Turismo são provenientes de recursos próprios. Em relação às instituições vinculadas ao setor de turismo no município, o gestor público municipal relatou que elas não são suficientes, necessita-se de participação mais ativa da comunidade.

Levando em conta as potencialidades e as demandas do turismo no município, a ação prioritária que pode ser promovida para o desenvolvimento local nesse setor é a realização de um diagnóstico de turismo local.

Em relação à Samarco, o gestor entrevistado avalia a atuação da empresa desde o ocorrido no município como boa. Já sobre a infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (hotéis, restaurantes, bancos), o mesmo entrevistado avalia que, em termos de hospedagem, hotelaria e oferta de restaurantes, o município poderia investir em melhorias. Já em relação a bancos, a Caixas Lotérica e o Banco do Brasil respondem bem à demanda local.

Logo, diagnostica-se que, embora seja muito importante, o turismo pode ser melhor trabalhado, demandando maior participação da comunidade local na realização das ações a serem desenvolvidas para o fomento da atividade.

Sendo assim, considerando os instrumentos de planejamento do turismo, tem-se que a estrutura de gestão do município está estabelecida conforme as diretrizes nacional e estadual para o desenvolvimento desta atividade, qual seja: detalhar, estruturar e implementar os 04 (quatro) instrumentos para o desenvolvimento responsável do Turismo no município (SETUR, 2014) – Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); O Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico.

Após aplicar os questionários do INVITUR nos empreendimentos e serviços turísticos e um questionário com perguntas complementares aos gestores públicos e privados, o pesquisador de campo pôde destacar que as principais potencialidades e fragilidades levantadas no município foram:

- A população e a infraestrutura do município foram severamente impactadas após o Evento;
- O município apresenta, atualmente, uma pequena infraestrutura para o turismo, mas com potencial de expansão;
- O turismo pode ser uma alternativa para os locais e pessoas impactadas.

4.2 Cultura

Em linhas gerais, é possível afirmar que o município de Barra Longa tem expressiva diversidade e patrimônio cultural, além de ter apresentado esforços na estruturação de sua política cultural nos últimos anos, especialmente a atinente à proteção do patrimônio cultural, material e imaterial.

Como pontos positivos nessa trajetória cita-se a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, a existência da Casa da Cultura e a participação constante no ICMS Patrimônio Cultural, gerando recursos significativos para o município.

Por outro lado, observa-se que o município não implantou o Sistema Municipal de Cultura e tampouco regulamentou o Plano Municipal de Cultura, não havendo, ademais, Conselho de Cultura, Fundo ou Lei de Incentivo à Cultura. É necessário que as ações culturais locais sejam desenvolvidas de forma sistemática e continuada, evitando que se dispersem os esforços em ações pontuais e de abrangência restrita.

4.3 Esporte e Lazer

Barra Longa é um município que apresenta frágil estrutura de gestão da política de esporte e lazer. Conforme salientado no diagnóstico, o órgão incumbido de gerir a política de esporte e lazer acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

A representante municipal entrevistada informou que existe dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, porém, não soube especificar o percentual destinado à promoção, fomento e ao apoio ao Esporte e Lazer. Além disso, apurou-se que o município não tem participação em programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo assim a participação em programas que proporcionariam melhoria na arrecadação financeira municipal, tal como o ICMS Solidário – Critério Esportivo e, conseqüentemente, aumento no investimento em atividades esportivas.

Do mesmo modo, a inexistência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e lazer.

Entretanto, a representante municipal entrevistada reconhece que o esporte é muito importante para o município. Ela entende que os campeonatos regionais, campeonatos municipais e os encontros de jogos de futebol durante a semana são as maiores potencialidades. Contudo, os campos impactados pelo Evento foram citados como as fragilidades observadas para o desenvolvimento do esporte local.

A entrevistada afirmou que o lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Barra Longa, e que o encontro da terceira idade, bem como a escola que levava os alunos para o campo barra-longuense eram as principais atividades desenvolvidas. Segundo ela, o município tem grande potencial para melhoria estrutural, pois a população é carente de locais para o lazer, visto que existe somente um parque com dois equipamentos de ginástica que é muito utilizado. A falta de recurso financeiro é considerada a principal fragilidade observada para o desenvolvimento deste setor.

Ainda de acordo com a entrevistada, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- Melhorias estruturais no Campo do Barra-longuense, e melhor aproveitamento do espaço disponibilizado nesse equipamento esportivo.

Além disso, a partir do diagnóstico elaborado foi possível observar que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer local, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em equipamentos, espaços e programas de esporte e lazer com atividades diversificadas, são medidas necessárias para a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na tabela a seguir Tabela 22.

Tabela 22 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

| Componente Ambiental | Impactos identificados |
|-----------------------------|--|
| Turismo | Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento |
| | Impacto direto sobre atrativos turísticos |
| | Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo |
| | Impacto econômico no setor turístico |
| | Impacto no Fluxo Turístico para o Município |
| | Impacto ambiental e na paisagem |
| | Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva |
| Cultura | Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis |
| | Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais |
| | Perda ou comprometimento de bens móveis |
| | Perda ou comprometimento de locais de importância cultural |
| | Alteração de Costumes Culturais |
| | Alteração na Agenda Cultural |
| Esporte | Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas |
| | Alteração do Calendário Esportivo |
| | Alteração de atividades de entidades esportivas |
| | Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas |

| | |
|-------|---|
| | Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte |
| Lazer | Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização |
| | Alteração do Cotidiano Comunitário |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- **Abrangência:** Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 23 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

| Descrição dos impactos | | Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras | | | | | | | | | | |
|------------------------|--|--|--------|--------|---------|-------------------------|------------|---------------|---|-----------|------------|---------------|
| | | Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação | | | | | | | Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação | | | |
| Setor Impactado | Impactos identificados | Descrição do Impacto | Efeito | Origem | Duração | Abrangência/Intensidade | Severidade | Significância | Medidas mitigadoras / potencializadoras | Magnitude | Severidade | Significância |
| Turismo | Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento | | | | | | | | | | | |
| | Impacto sobre atrativos turísticos | | | | | | | | | | | |
| | Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo | | | | | | | | | | | |
| | Impacto econômico no setor turístico | | | | | | | | | | | |
| | Impacto no Fluxo Turístico para o Município | | | | | | | | | | | |
| | Impacto ambiental e na paisagem | | | | | | | | | | | |
| | Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Cultura | Impacto sobre Bens Imóveis | | | | | | | | | | | | |
| | Impacto sobre Bens Culturais Imateriais | | | | | | | | | | | | |
| | Impacto sobre Bens Móveis | | | | | | | | | | | | |
| | Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural | | | | | | | | | | | | |
| | Alteração de Costumes Locais | | | | | | | | | | | | |
| | Alteração na Agenda Cultural | | | | | | | | | | | | |
| Esporte | Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas | | | | | | | | | | | | |
| | Alteração do Calendário Esportivo | | | | | | | | | | | | |
| | Alteração de atividades de entidades esportivas | | | | | | | | | | | | |
| | Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas | | | | | | | | | | | | |
| | Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte | | | | | | | | | | | | |
| Lazer | Impacto sobre Espaços de Sociabilização | | | | | | | | | | | | |
| | Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 36 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

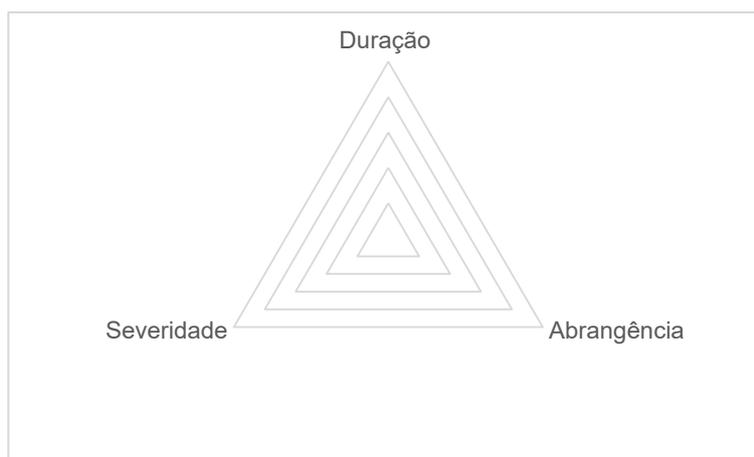


Figura 36 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura abaixo.

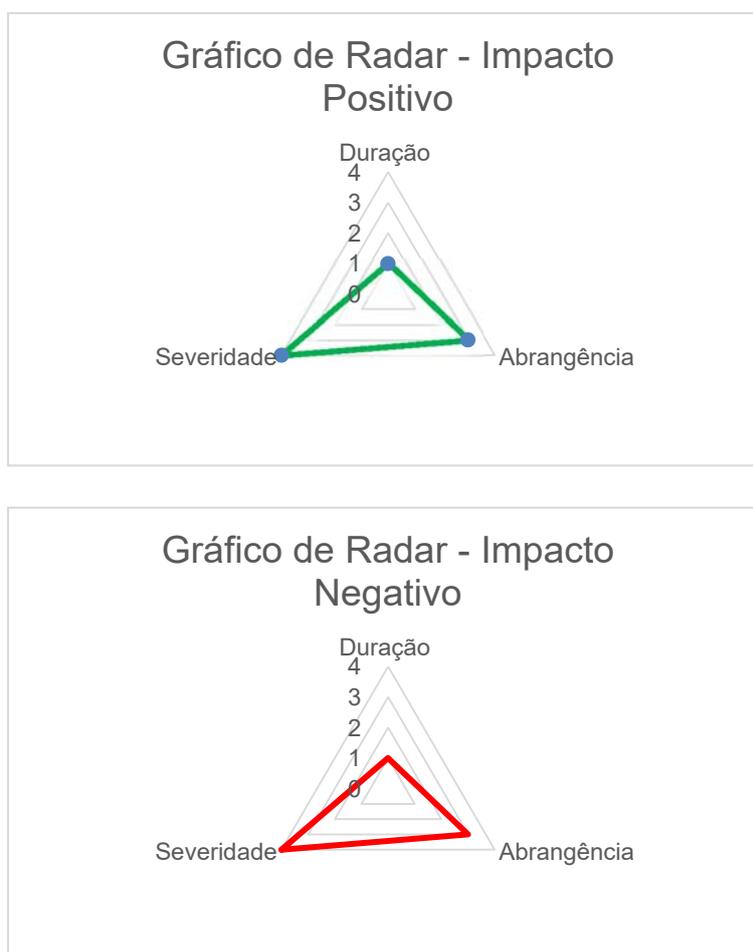


Figura 37 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a

que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 38 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

| | | Níveis de Severidade | | | |
|---------------------|---|----------------------|---|---|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Níveis de Magnitude | 4 | | | | |
| | 3 | | | | |
| | 2 | | | | |
| | 1 | | | | |

Impacto pouco significativo

Impacto significativo

Impacto muito significativo

Impacto crítico

Figura 38 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região –

podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
- b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
- c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- d) Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;

- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;

- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;

- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;

- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;

- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressivana captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcialna captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressivana captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completana captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressivanos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcialnos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressivanos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos sociabilização e lazer;

- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

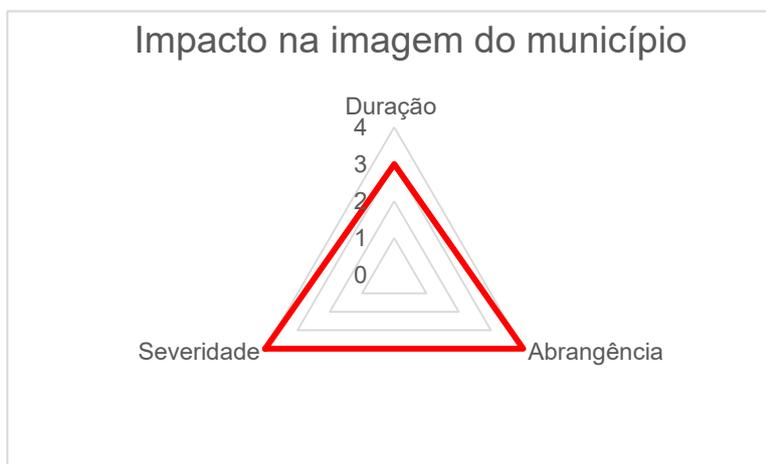
5.2.1 Impactos sobre a Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Barra Longa foi um dos municípios mais afetados, tendo parte de sua sede urbana e parte da comunidade de Gesteira afetados pelo Evento. Em Barra Longa também foi estabelecido um núcleo do Movimento de Atingidos por Barragens, que se dedicou a divulgar informações sobre o Evento, bem como prestar assessoria aos atingidos. Nesse sentido, Barra Longa teve sua imagem vinculada fortemente ao Evento e divulgada nos principais meios de comunicação, bem como na produção acadêmica realizada sobre o tema.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Barra Longa é de origem direta e, a partir da análise do clipping de notícias e da produção acadêmica, pode ser considerado de duração longa (3), severidade alta (4) e abrangência internacional (4).

Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se o impacto em tela como muito crítico (4).

5.2.2 Impactos Econômicos sobre o Turismo

- Impacto sobre meios de hospedagem

Os meios de hospedagem do município de Barra Longa foram fortemente comprometidos em decorrência do Evento. Três empreendimentos de hospedagem foram inventariados e todos estão fechados ao público atualmente. Um estabelecimento passa por reformas estruturais que, pelo que foi apurado em campo, não tem relação direta com o rompimento da barragem. Os outros dois estabelecimentos tiveram alterações em suas atividades associadas ao Evento. O primeiro foi atingido pela lama e está fechado por tempo indeterminado, enquanto o segundo foi alugado pela Samarco para acomodação dos empregados contratados para trabalharem na região.

- Impactos nos equipamentos de alimentos e bebidas

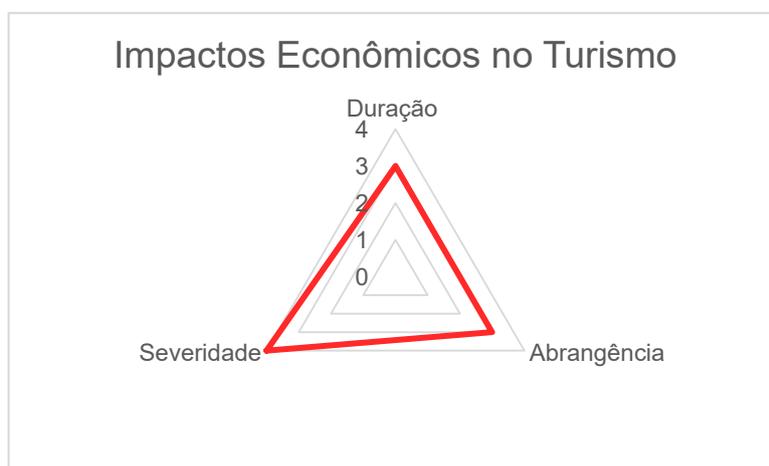
Em virtude da lama ter alcançado parte da zona urbana do município onde estão localizados vários comerciantes, cinco empreendedores de equipamentos de alimentos e bebidas sinalizaram impactos diretos em seus estabelecimentos como comprometimento da estrutura física do imóvel, perda de equipamentos e produtos e baixo número de clientes devido a impossibilidade de acesso ou de capacidade de consumo. Destes cinco que afirmam impactos diretos, três apontam intervenções da Samarco para melhoria da situação. Quando questionados sobre alteração de arrecadação, três comerciantes informaram queda substancial no faturamento, um afirma comprometimento total no funcionamento do estabelecimento e outro aumento em 60% após o primeiro trimestre. Em relação ao número de clientes atendidos foram relatadas alterações por quatro entrevistados: dois informaram diminuição no número de atendimentos, um relatou total perda de clientes e outro um aumento no número de pessoas que passaram a frequentar o empreendimento após o rompimento da barragem. Quatro entrevistados responderam afirmativamente que houve alteração na quantidade de funcionários contratados no empreendimento. Um gestor afirmou ter demitido todos os funcionários, dois responderam que diminuiu o número de colaboradores e um afirmou ter contratado mais pessoas em virtude das novas demandas.

- Impactos nos transportes turísticos

No que tange os impactos relacionados aos transportes turísticos, onde na aplicação do Invtur foram selecionados vinte e dois taxistas do município, cinco entrevistados apontaram impactos financeiros e dois sinalizaram, ainda, que a lama dificultou a locomoção e sujou a cidade. Sete motoristas informaram que houve diminuição na arrecadação através de serviços para o turismo e apenas um informou que o número de clientes diminuiu em decorrência direta do Evento. Apenas um entrevistado afirmou que houve apoio da empresa Samarco após o ocorrido.

Este impacto é considerado negativo, direto, de longa duração (3), considerando que a recuperação destas atividades deverá ocorrer em um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre os negócios e arrecadação. A severidade do impacto foi considerada como alta (4).

Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Este impacto, dadas suas características é avaliado como crítico (4).

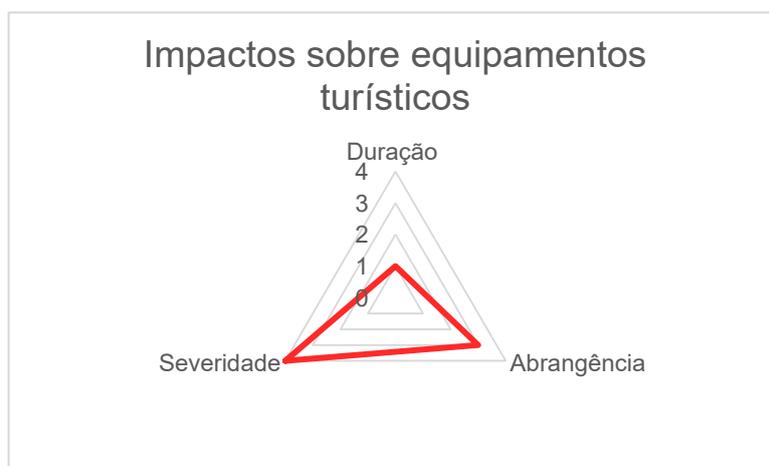
5.2.3 Impactos sobre Equipamentos Turísticos

Dos locais que são utilizados para eventos, três foram inventariados. Segundo apurado em campo, o Parque de Exposição foi completamente comprometido pela lama oriunda do rompimento da barragem de Fundão, sendo que, atualmente, o espaço é utilizado como depósito dos rejeitos retirados do rio. O Salão Paroquial, embora não tenha sofrido impactos diretos, foi utilizado como ponto de apoio para recebimento de doações. Por

fim, o Salão Comunitário Amélia Pretina teve sua parte interna atingida pela lama do rio, ocasionando diminuição no número de usuários, na geração de empregos e na arrecadação através de produtos e serviços para o turismo. Segundo entrevistado responsável pelo Salão Comunitário, a Samarco realizou intervenções para a melhoria.

Este impacto é considerado negativo, direto, de curta duração (1), considerando que a recuperação destas atividades deverá ocorrer em um período de até dois anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre os negócios e arrecadação. A severidade do impacto foi considerada como alta (4).

Gráfico 4 Impactos sobre equipamentos turísticos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Este impacto, dadas suas características é avaliado como crítico (4).

5.2.4 Impactos nos Atrativos Turísticos e Culturais

Grande parte dos entrevistados que responderam ao questionário de impactos relacionados aos atrativos culturais apontaram alterações de diferentes naturezas, desde o atingimento pela lama de edificações de interesse cultural até aqueles que tiveram seu acesso dificultado em função do aumento do número de pessoas no município. Estes impactos são descritos a seguir.

A Biblioteca Pública Municipal foi atingida pela lama e encontrava-se fechada durante o período da pesquisa. O Centro de Memória foi desativado para recebimento de doações para o município, prejudicando os visitantes e a comunidade escolar. A Casa de Cultura sofreu impactos das obras de recomposição da sede, em função da sujeira e poeira, o que afetou seu funcionamento e atendimento a visitantes e moradores.

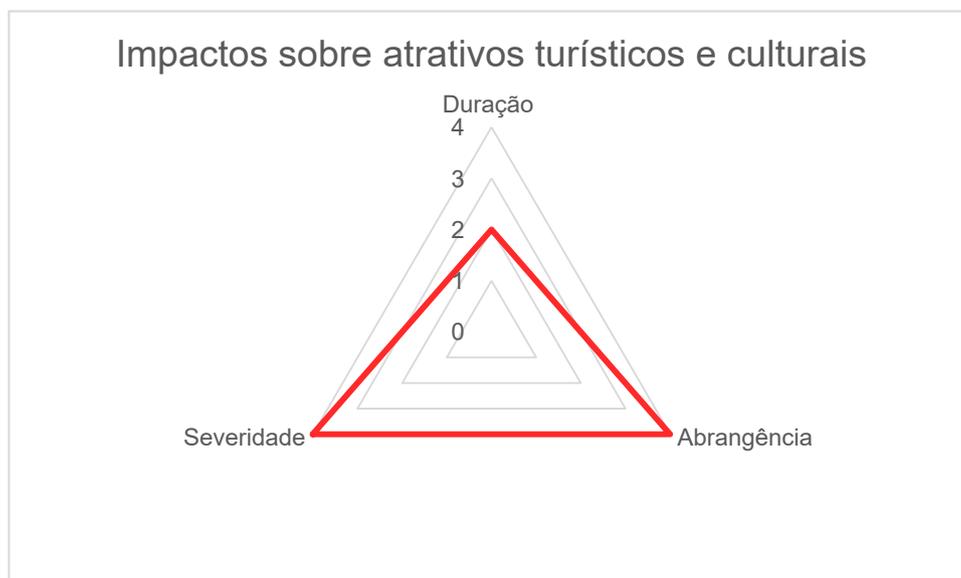
A sede da Fazenda Corvinas apresentou comprometimento de sua estrutura, trincas e rachaduras. De acordo com informações, a Samarco executou obras de recomposição.

A Igreja de São José e o casario da rua Matias Barbosa sofreram impactos estruturais em função do movimento de caminhões das empresas responsáveis pelas recuperação e reconstrução das áreas atingidas na sede urbana. Além disso, a grande movimentação de caminhões e carros nas imediações da igreja dificultaram o acesso à mesma, assim como à escola e deslocamento de visitantes.

Segundo relatos, a lama adentrou a casa de três artistas e um entrevistado alega perda de matéria prima resultando na total falta de produção.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração (2), considerando que a recuperação destas atividades deverá ocorrer em um período de até cinco anos, e de abrangência regional (4), uma vez que incide sobre turistas vindos de outros municípios e regiões. A severidade do impacto foi considerada como alta (4).

Gráfico 5 Impactos sobre atrativos turísticos e culturais



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Este impacto, dadas suas características é avaliado como crítico (4).

5.2.5 Impactos nos Atrativos Turísticos e Naturais

Dentre os diferentes tipos de impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão sobre o município de Barra Longa tem-se aqueles que afetam relevantes atrativos turísticos locais – Caminho de São José, Cachoeira Jurumirim, Gruta dos Botocudos e rio Gualaxo.

A seguir analisam-se, de modo específico, os impactos sobre esses diferentes atrativos naturais do município.

5.2.5.1 Caminho de São José

Conforme exposto na seção de Diagnóstico deste relatório, o Caminho de São José é um relevante atrativo natural e cultural do município de Barra Longa, que acompanha as margens do rio Piranga, num trecho de 48 quilômetros de extensão, até o município de Rio Doce. Esse importante atrativo turístico era apropriado por diferentes usuários, que lhe conferiam diversos significados. Praticantes de esportes eram atraídos em função da riqueza natural, da beleza cênica e da configuração do Caminho. Religiosos também eram frequentadores assíduos, em romarias, caminhadas e outras manifestações de cunho místico. Todavia, em função do Evento, o Caminho de São José teve a sua paisagem impactada, ocasionando a interrupção da Romaria, da Corrida Rústica ali realizada, bem como de outras iniciativas espontâneas de turismo, esporte, lazer e religiosidade.



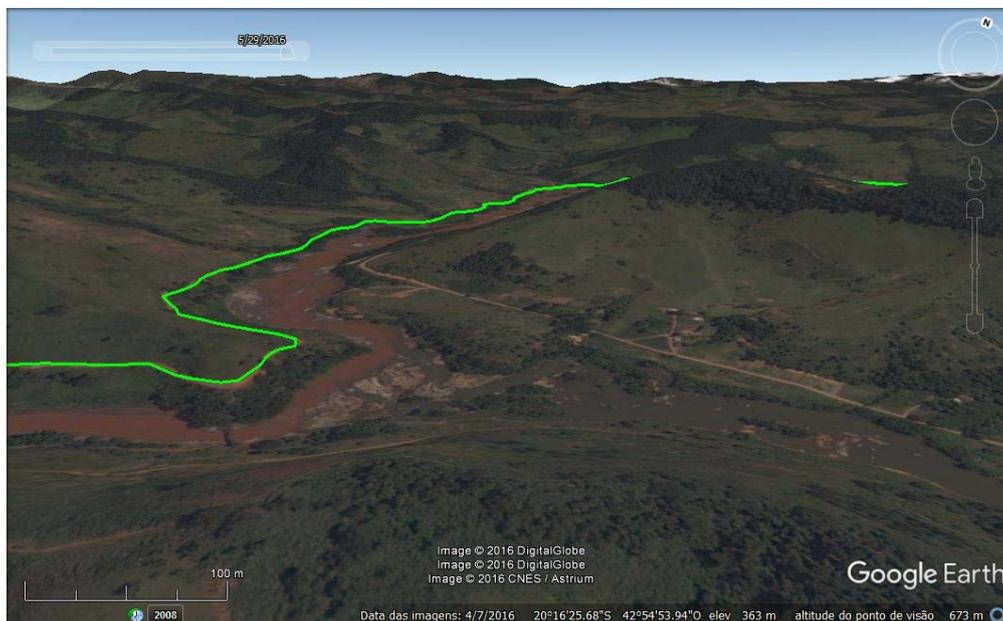


Figura 39 Impacto na paisagem na região do encontro dos rios Carmo e Piranga, com detalhe para a localização do Caminho de São José (fotos aéreas datadas de 24/08/2014 e 29/05/2016)

Fonte: Google Earth, 2016.

Acrescenta-se que na ocasião dos trabalhos de campo um trecho do Caminho de São José foi interrompido em função de movimentação de máquinas, que estão trabalhando para a recuperação do rio. Em razão dessa interrupção de acesso, os pedestres estão impedidos de passar.

5.2.5.2 Cachoeira Jurumirim

A Cachoeira Jurumirim é considerada um dos principais atrativos turísticos do município de Barra Longa e fica a 02 km da sede do município, na estrada sentido Dom Silvério. Esse importante atrativo turístico era apropriado por diferentes usuários, da própria comunidade e visitantes, que eram atraídos em função da riqueza natural, da beleza cênica e da configuração da queda d'água.

A geomorfologia muitas vezes torna-se o principal atrativo turístico de uma localidade. Devido à beleza e às possibilidades de atividades educativas, de aventura e de lazer que podem ser realizadas em quedas d'água, esses locais despontam com grande potencial para serem aproveitados pela atividade turística.

Entretanto, em função do Evento, a cachoeira de Jurumirim teve a sua paisagem impactada, ocasionando a interrupção da utilização da mesma, bem como de outras iniciativas espontâneas de turismo, esporte e lazer que ali aconteciam.

5.2.5.3 Gruta de São Gonçalo ou Gruta dos Botocudos

A Gruta dos Botocudos é considerada um dos principais atrativos turísticos do município de Barra Longa e fica no povoado de São Gonçalo. O lugar se configura como atrativo natural, além de sua riqueza natural e beleza cênica, tratando-se neste caso de uma gruta. Esse importante atrativo turístico era apropriado por diferentes usuários, comunidade e visitantes, que eram atraídos em função da riqueza natural, da beleza cênica e da configuração da gruta.

Quando o turismo é pensado pelo viés espeleológico de uma localidade ele é chamado de espeleoturismo que, de acordo com Lobo (2006), deve ser um segmento do turismo trabalhado de forma equilibrada na conservação das cavidades naturais, conscientização e satisfação de todos os envolvidos no processo turístico. Ao tratar o desenvolvimento econômico local, deve-se aproveitar das particularidades do ambiente espeleológico para propostas de diferenciação mercadológica do turismo.

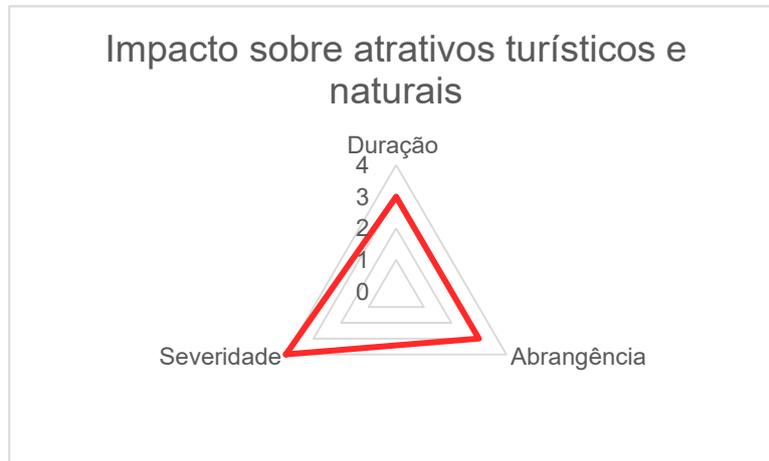
Entretanto, em função do rompimento da barragem de Fundão, a Gruta foi impactada, sendo que o acesso foi invadido pela lama, ocasionando a falta de visitação da mesma.

5.2.5.4 Encontro do Rio Gualaxo com Rio do Carmo

Um lugar que se configura como atrativo natural em Barra Longa é o encontro do rio Gualaxo com o rio do Carmo. Tal como mencionado no diagnóstico, este local possui uma riqueza natural e beleza cênica admirada pelos munícipes e por turistas em visita ao município. Por ocorrência do Evento a coloração das águas dos rios foi alterada, assim como em suas margens houve carreamento de sedimentos e destruição da vegetação, prejudicando assim a contemplação da paisagem e reduzindo o interesse pela visitação do local.

A análise das características destes atrativos naturais, em termos de seus atributos naturais, culturais e turísticos, face aos impactos sobre eles incidentes, possibilitam classificar tal impacto como de natureza negativa, de origem direta em relação ao rompimento da barragem, e de longa duração (3), já que a recomposição desse ambiente natural está estimada para um período superior a cinco anos. Com relação à magnitude, considerou-se que o impacto é de abrangência regional (4), uma vez que afeta atrativos acessados por pessoas da região. Em termos de severidade, este impacto foi avaliado alto (4), já que o evento comprometeu a paisagem e interrompeu o uso de ambiente natural apropriado e significado por diferentes segmentos sociais, em atividades esportivas, de lazer e religiosas.

Gráfico 6 Impactos sobre o atrativos turísticos e naturais



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.6 Impacto sobre Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas e de Socialização

De acordo com os dados levantados, três campos de futebol (dois na sede e um na zona rural), o Parque de Exposição, uma danceteria e a principal praça da cidade foram completamente danificados devido à passagem da lama. Além disso, uma quadra poliesportiva, localizada dentro de um dos campos, foi parcialmente danificada.

O Rodoviário Esporte Clube e o Estádio Beira Rio – Esporte Clube Barralanguense são dois importantes Campos de Futebol que foram totalmente destruídos pelo Evento e, atualmente, o primeiro está sendo usado para depósito de rejeitos retirados do rio, porém, o segundo passava, na época da pesquisa de campo, por um processo de intervenção por parte da Samarco, a fim de recuperar o espaço.

Uma quadra poliesportiva dentro de um dos campos foi parcialmente danificada, embora não tenha sido diretamente atingida. Os danos causados foram estruturais, havendo a geração de algumas trincas.

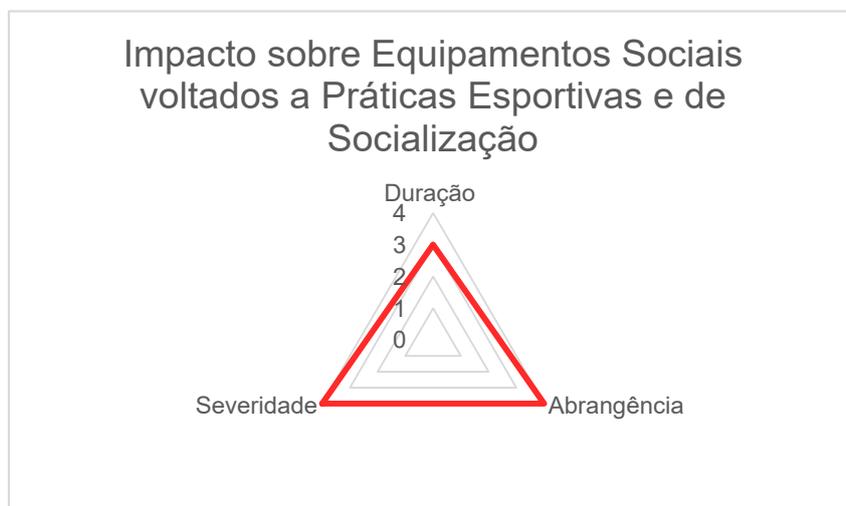
A Praça Manoel Lino Mol era a principal área de lazer e socialização do município. Às margens do rio do Carmo, a praça era utilizada como área para caminhada e espaço para crianças brincarem. Em torno da praça localiza-se o clube barralenguense, uma danceteria, além de empreendimentos comerciais variados. Com a passagem da lama, o local foi totalmente devastado, porém passou um processo de intervenção por parte da Samarco e a obra de reconstrução foi entregue novamente à comunidade. Alguns dos empreendimentos e usos não haviam sido retomados até a data da pesquisa.

O Parque de Exposição de Barra Longa, que era também considerado um dos principais pontos de lazer do município, também teve o seu espaço totalmente destruído pelo Evento e, atualmente, está sendo usado para depósito de rejeitos retirados do rio e da cidade.

O impacto sobre estes equipamentos públicos e privados de esporte, lazer e socialização, associado aos impactos já citados em atrativos naturais do município implicou em interrupção das atividades aí desenvolvidas para toda a população barralenguense, independente de gênero, idade e local de moradia. Além destes, turistas que participavam de eventos de esporte, lazer e cultura também foram prejudicados.

Sendo assim, este impacto negativo tem origem direta do Evento. Além disso, trata-se de uma situação remediável em longo prazo (3), sua abrangência é regional (4) e a severidade avaliada como alta (4).

Gráfico 7 Impacto sobre Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas e de Socialização



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.7 Alteração de Costumes e Práticas Cotidianas

O rompimento da barragem de Fundão gerou impactos nos costumes associados: (i) à rotina diária e relação com o rio Do Carmo, (ii) ao lazer e (iii) à pesca amadora, os quais são apresentados a seguir.

5.2.7.1 Impactos sobre a Rotina Diária e Relação com o Rio do Carmo

O evento de rompimento da barragem de Fundão gerou uma profunda alteração no modo de vida da população de Barra Longa. Ocasinou alterações em costumes locais, ao interferir nas relações com o espaço e com o tempo, histórica e culturalmente construídas pelos moradores. Grande parte dessas alterações se manifesta de modo difuso, nessa

medida, buscou-se identificar aqui os costumes e práticas cotidianas cujos impactos decorrentes do Evento se fazem mais evidentes.

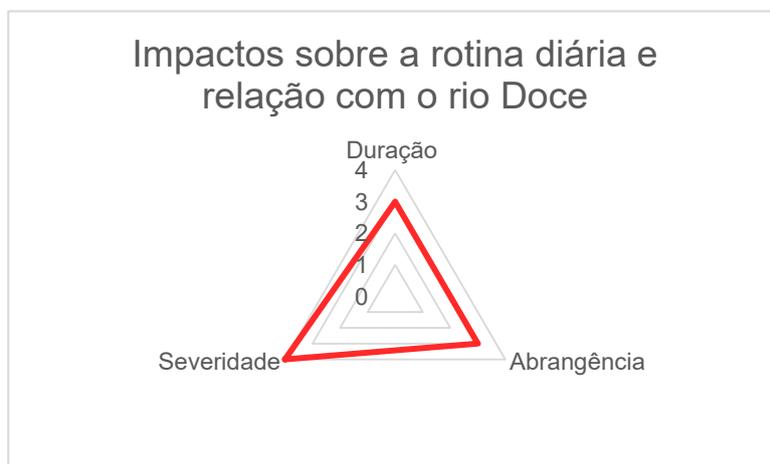
Em primeiro lugar, a própria relação com o rio do Carmo sofreu alteração. O curso d'água se compunha de forma concreta, na medida em que vários equipamentos públicos de lazer e socialização encontravam-se às suas margens, e no imaginário da população, independentemente de viver próximo a ele, como um elemento que dizia da própria vida barra-longuense. Nessa medida, o sentimento de que “o rio está morto” afeta toda esta coletividade de maneira profunda o imaginário e o cotidiano das pessoas, gerando muitos casos de stress e a “sensação de estar perdido”.

A necessidade de intervenções para recomposição da cidade fez com que grande quantidade de pessoas, máquinas e equipamentos estivessem em circulação na cidade, gerando forte impacto no deslocamento das pessoas, na manutenção das relações, nas atividades de trabalho. A grande quantidade de ruídos produzidos pelas obras e a grande quantidade de materiais e poeira gerados pelas obras, mas também pelos resíduos da lama que invadiu a cidade retirou o clima de cidade pacata e calma do interior para tornar-se, nas palavras dos próprios moradores, “um grande canteiro de obras”.

Proprietários de terras próximas ao rio tiveram sua rotina produtiva alterada, considerando que perderam áreas produtivas localizadas às margens dos cursos d'água. Decorrente deste impacto, as práticas alimentares também sofreram impacto, tendo em vista que alimentos que eram produzidos pelos próprios moradores não estão mais disponíveis, fazendo com que ou eles tenham que deixar de consumir estes alimentos ou gastar recursos financeiros para sua compra, elementos que podem gerar um quadro de insegurança alimentar.

Este impacto negativo tem origem direta com o Evento. Seu processo de recomposição é de longa duração (3), sua magnitude é municipal (3) e sua severidade alta (4), uma vez que o Evento alterou completamente o cotidiano local.

Gráfico 8 Impactos sobre a rotina diária e relação com o rio Doce



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.7.2 Alteração do Cotidiano Comunitário Relativo ao Lazer

Tal como já apresentado, o Evento impactou espaços destinados ao lazer, esporte e socialização da comunidade, o que gerou forte impacto sobre as atividades de lazer e socialização, tendo sido apontado como um dos principais impactos, de acordo com a percepção da comunidade (HERKENHOFF & PRATES, 2016).

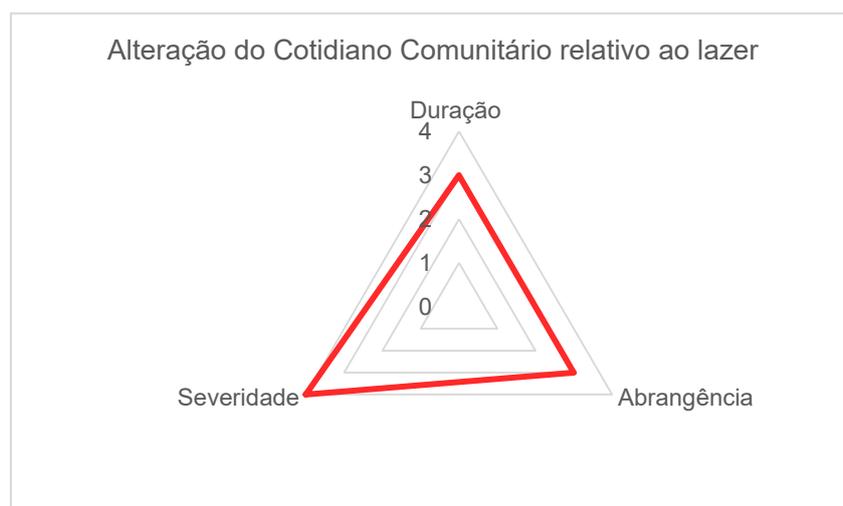
Além do impacto nos locais de realização das práticas culturais e de lazer, o Evento prejudicou o calendário de realização de uma série de eventos, o que comprometeu ainda mais as práticas de lazer da comunidade.

Embora algumas intervenções de melhorias tenham sido realizadas, isso ocorreu em apenas duas estruturas (sendo que somente uma foi finalizada). E por se tratar de várias estruturas profundamente danificadas (dois Campos de Futebol, uma quadra poliesportiva dentro de um dos campos, uma praça, um Parque de Exposição e três

atrativos naturais), é possível considerar que a população de Barra Longa ainda não possui novas referências para o desenvolvimento de práticas de esporte e lazer.

Este impacto negativo é decorrente diretamente do Evento e pode ser considerado um impacto remediável em longo prazo (3). Sua magnitude é em nível municipal (3) e sua severidade alta (4).

Gráfico 9 Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.7.3 Pesca Amadora

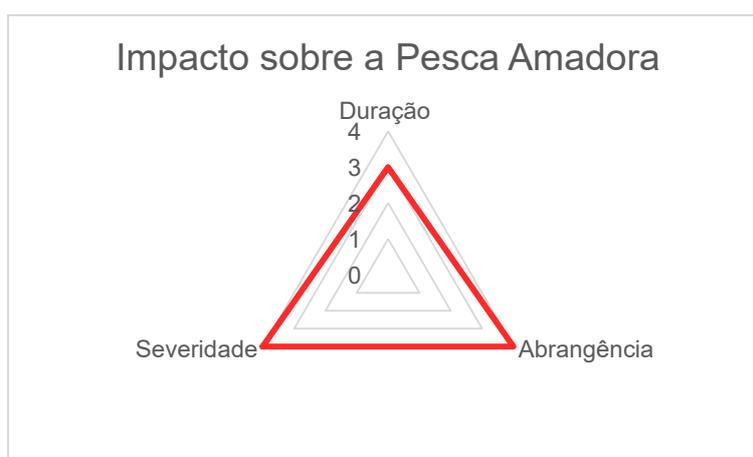
A pesca amadora era considerada uma das principais atividades de lazer do município, inclusive com a participação de pessoas de toda a região. O evento causou alterações drásticas na biota aquática, levando à grande mortandade de peixes, além de despejar grande quantidade de resíduos ao longo do rio.

Com efeito, a pesca amadora foi gravemente afetada pelo Evento não somente em função do comprometimento da biota, mas em função da deposição de grandes quantidades de detritos na calha e margem do rio. Ou seja, às margens do rio na altura do município de Barra Longa.

Os moradores e ribeirinhos desta região, entrevistados, relataram que a atividade de pesca cessou completamente após o evento e que só agora, um ano após o acidente, pouquíssimas pessoas arriscam em retomar a atividade de lazer impactada. Foi informado que o turismo de pesca, aquele exercido por pescadores residentes em outros municípios, não é mais praticado na região. O maior receio é que os peixes estejam contaminados com metais pesados advindos do rejeito da barragem rompida. Além disso, a pequena abundância dos peixes sobreviventes não atrai a atenção dos pescadores.

Este impacto negativo tem origem direta com o Evento. Seu processo de recomposição é de longa duração (3), sua magnitude é regional (4) e sua severidade alta (4), já que o Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 10 Impacto sobre a Pesca Amadora



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.8 Impactos no Calendário Cultural e Esportivo

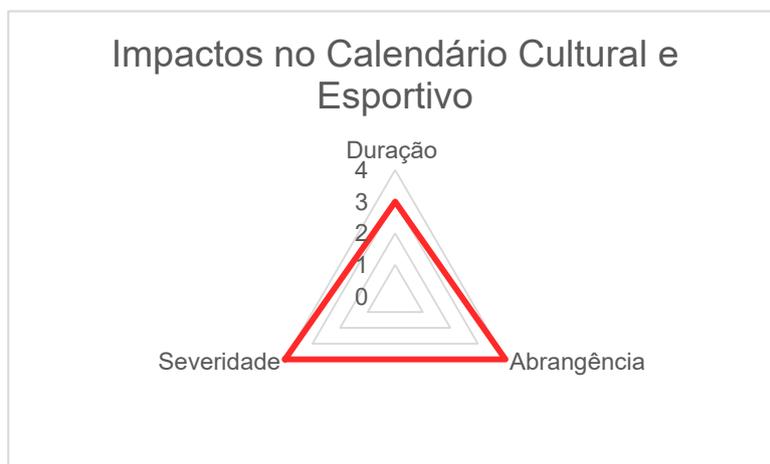
Várias ações, atividades e manifestações em Barra Longa foram prejudicadas e/ou não foram realizadas no último ano, impactando na própria política cultural e esportiva local.

Vários eventos esportivos e de lazer, voltados para a comunidade, eram realizados pela Prefeitura Municipal de Barra Longa e outros agentes e promotores locais os quais não ocorreram em função do Evento, tais como: Campeonato Municipal e Campeonato Regional de Futebol, a festa do Barralonguense ausente, festa de réveillon em 2015 e o carnaval 2016. Na semana do rompimento aconteceria a comemoração de 275 anos da paróquia.

Foi informado ainda que, em alguns momentos os munícipes viajavam para participar de eventos esportivos e religiosos em outros municípios, porém, toda essa programação foi cancelada. A maioria dos jogos de futebol intermunicipais acontecia em Barra Longa, e, devido ao Evento ter atingido os campos e estradas, não foi possível cumprir o calendário e, principalmente, realizar a etapa municipal.

Este impacto negativo é decorrente diretamente do Evento e foi classificado como de remediação em médio prazo (3) posto que a retomada destes eventos poderá se dar gradativamente num período de até 5 anos. A magnitude foi considerada como regional (4), tendo em vista que impactou residentes de outros municípios e a severidade considerada alta (4).

Gráfico 11 Impactos no Calendário Cultural e Esportivo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.9 Impactos Econômicos no Setor da Cultura

Todos os impactos gerados em Barra Longa ocasionaram impactos econômicos no setor da cultura de diversas ordens.

Houve perda econômica para os artistas, artesãos e grupos culturais, por diferentes motivos, tais como:

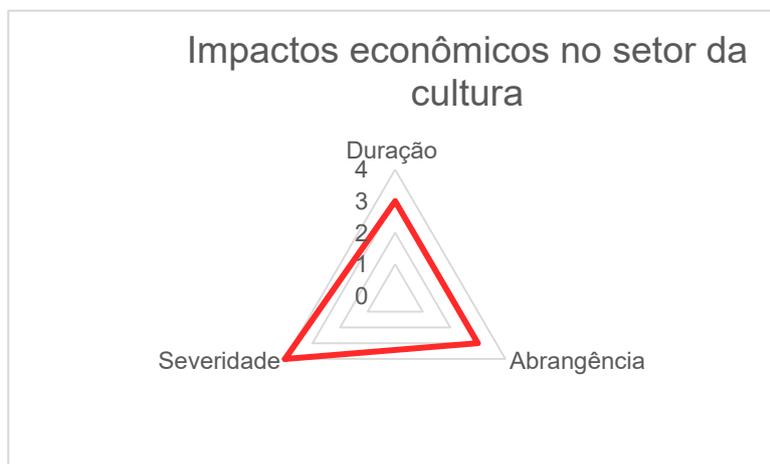
- A casa de um dos artesãos teve seu ateliê invadido pela lama
- A associação de bordadeiras teve seu trabalho paralisado.
- As vendas da Cachaça Tiara diminuíram.
- O número de turistas na cidade diminuiu acarretando prejuízo para a Associação Barralonguense de Bordadeiras e Artesãs que tem nos turistas seu principal consumidor.

O gestor entrevistado salientou, ainda, o fato de que não conseguiram concluir a documentação referente ao ICMS Patrimônio Cultural, o que irá prejudicar o município a receber recursos.

Assim, os impactos no município advindos do Evento incluem a inversão da tendência de crescimento da pontuação, reduzida de 14,37 em 2016 para 9,28 no exercício 2017, o que também significa a redução dos valores a serem repassados pelo Estado.

Este impacto negativo é decorrente indiretamente do Evento e foi classificado como de remediação em médio prazo (3) posto que a retomada destes eventos poderá se dar gradativamente num período de até 5 anos. A magnitude foi considerada como municipal (3), tendo em vista que impactou residentes do município e a severidade considerada alta (4).

Gráfico 12 Impactos econômicos no setor da cultura



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.10 Impacto Sobre Comunidade

5.2.10.1 Gesteira

Tal como apontado no diagnóstico, a comunidade é formada por dois aglomerados e um deles (Gesteira Velha, também chamada Gesteira de Baixo) sofreu impactos em edificações, tanto residenciais quanto prédios de uso e equipamentos de lazer e esporte, a saber: o campo de futebol, a escola, a igreja católica, o salão paroquial e a principal mercearia.

Nessa medida, tem-se que a comunidade sofreu um significativo impacto nos costumes e relações tradicionais decorrentes do deslocamento de famílias, da destruição de espaços tradicionais de convivência e socialização. O próprio rio era utilizado para diversos fins como banhos, pesca e cerimônias religiosas (batismo de evangélicos).

O calendário de eventos culturais sofreu impacto, tendo em vista que o batismo ficou inviabilizado, bem como a realização das atividades na igreja católica, quais sejam a festa de Nossa Senhora da Conceição que também não foi realizada. Outros eventos religiosos vêm sendo realizados na creche da comunidade, que foi adaptada para este fim e está recebendo as festividades e celebrações da comunidade: Adoração do Santíssimo e a quarta-feira de Cinzas, celebrações do mês de Maria, Semana Nacional da Família, Festa de São Vicente de Paulo, visita ao cemitério, culto de finados, novena natalina e celebração de missa. As imagens existentes na igreja foram resgatadas da lama e foram enviadas para restauração por parte da Samarco.

O sentimento de perda decorrente da destruição de espaços produtivos, elementos de referência comunitária e a destruição do rio têm sido fonte de grande tristeza entre os moradores da comunidade.

As obras de recomposição têm gerado, ainda, outros incômodos e afetado sobre maneira o cotidiano comunitário: pessoal estranho circulando, excesso de ruídos das máquinas, equipamentos e veículos, trepidação.

Os moradores do distrito de Gesteira entrevistados relataram que a comunidade utilizava o rio em seus momentos de lazer para nadar e pescar, porém devido ao Evento, essas atividades foram suspensas. O campo de futebol do distrito de Gesteira foi completamente encoberto pela lama, impedindo assim, a sua utilização. Não foi mencionada quaisquer intervenções de melhorias neste local.

Antes do rompimento da barragem de Fundão, estava em processo de legalização uma associação para a produção de geleias e doces, para venda no mercado local e para turistas. Esta associação havia instalado uma cozinha industrial na Casa Paroquial e estavam iniciando sua produção, o que foi inviabilizado pelo evento.

5.2.10.2 Barreto

Tal como em outras comunidades ribeirinhas impactadas pelo evento, a região de Barreto mantinha estreita relação com o curso d'água. O rio era utilizado para abastecimento humano e animal, produção agrícola, atividades de lazer como pesca e banho.

Com o evento, todo o cotidiano da comunidade e o desenvolvimento destas atividades foi profundamente alterado.

5.2.10.3 Mandioca/Sítio Sidreira

A comunidade de Mandioca teve seu acesso prejudicado após o Evento ficando ilhada por 20 dias. A cisterna que fornecia água para a comunidade foi soterrada, assim como a nascente. As lavouras próximas ao rio foram tomadas pela enchente. Mandioca também estabelecia uma relação com o rio Gualaxo do Norte que foi prejudicada após o Evento, pois não pode mais utilizar o rio para nado e pesca. O campo de futebol utilizado

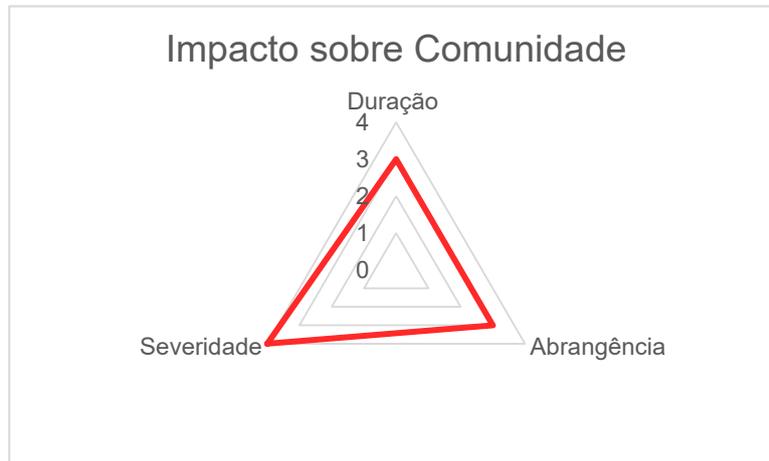
pela comunidade também teve seu uso comprometido, as traves inclusive foram extraídas, sendo que, atualmente o local se parece mais a um pasto de animais.

Do mesmo modo, a participação da comunidade nas celebrações e eventos religiosos, tais como Conferência do Sagrado Coração de Jesus, Conferência de São Vicente de Paulo, Terço dos Homens foi prejudicada, a distância que a comunidade precisava caminhar para ir a esses eventos realizados na comunidade vizinha de Gesteira aumentou. A Folia de Reis que já estava pouco prestigiada pela comunidade anteriormente ao Evento, após o Evento não foi mais realizada.

A comunidade expressou um sentimento de falta ao relatar sobre as capivaras e peixes que não são mais observados no rio, assim como pelos impactos nas casas e no terreno que era utilizado para o plantio da horta.

Os impactos nas comunidades de Gesteira, Barreto e Mandioca são negativos e decorrentes diretamente do Evento, foram classificados como de remediação em médio prazo (3) posto que a retomada destes eventos poderá se dar gradativamente num período de até 5 anos. A magnitude foi considerada como municipal (3), tendo em vista que o impacto das comunidades afetou todo o município em função da tristeza pelas perdas sofridas pelas famílias e a severidade considerada alta (4).

Gráfico 13 Impacto sobre comunidade



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

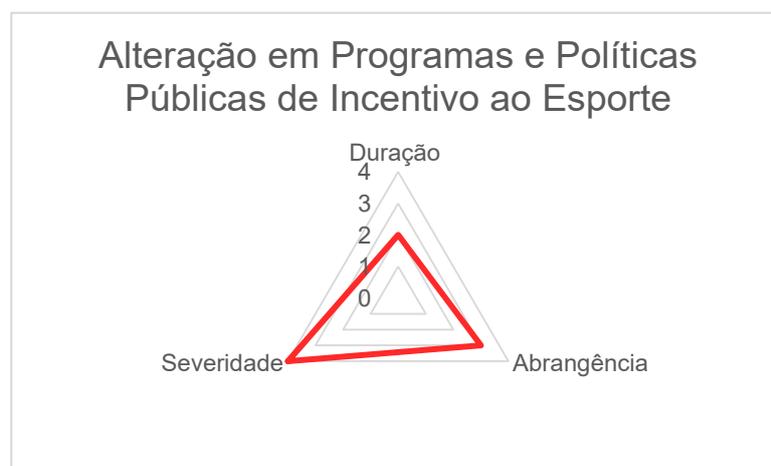
5.2.11 Alteração em Programas e Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte

De acordo com a representante municipal entrevistada, houve uma alteração na arrecadação de recursos financeiros do poder público municipal. A renda dos campos de futebol, os quais foram impactados com Evento, era adquirida através dos campeonatos e eventos realizados nestes locais, que foram cancelados devido à falta de local para a realização.

Desta forma, pode-se dizer que o Evento impactou indiretamente na arrecadação do município e conseqüentemente no investimento do setor público em programas e políticas públicas de incentivo ao esporte e lazer, impactando assim, indiretamente, a população de Barra Longa. Trata-se de uma situação remediável em médio prazo (2) visto que, os eventos foram cancelados porque a estrutura de dois campos de futebol e

uma quadra poliesportiva dentro de um dos campos foi completamente danificada. A magnitude do impacto foi considerada de âmbito municipal (3), e a a severidade alta (4).

Gráfico 14 Alteração em Programas e Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

Tabela 24 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

| Impactos identificados | Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras | | | | | | | | | | |
|--|--|--------|--------|---------|---------------------------|------------|---|--|-----------|------------|---------------|
| | Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação | | | | | | Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação | | | | |
| | Descrição do Impacto | Efeito | Origem | Duração | Abrangência/ Atividade | Severidade | Significância | Medidas mitigadoras / potencializadoras | Magnitude | Severidade | Significância |
| Impactos na imagem do município | Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento | IN | ID | 3 | 4 | 4 | 4 | Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Fortalecimento Institucional para a Gestão das Políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer | 3 | 1 | 2 |
| Impactos econômicos sobre o turismo | Meios de hospedagem, alimentos e bebidas e transporte turístico | IN | ID | 3 | 3 | 4 | 4 | Ações de Capacitação e Promoção do Turismo | 3 | 1 | 2 |

| | | | | | | | | | | | |
|--|---------------------|----|----|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer | | | |
| Impactos sobre equipamentos turísticos | Varios equipamentos | IN | ID | 1 | 3 | 4 | 4 | Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer | 1 | 2 | 1 |
| Impactos nos atrativos turísticos e culturais | Varios atrativos | IN | ID | 2 | 4 | 4 | 4 | Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental | 1 | 2 | 1 |
| Impactos nos atrativos turísticos e naturais | Varios atrativos | IN | ID | 3 | 4 | 4 | 4 | Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo | 2 | 2 | 2 |

| | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------------|----|----|---|---|---|---|--|---|---|---|
| Impacto sobre Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas e de Socialização | Vários equipamentos | IN | ID | 3 | 4 | 4 | 4 | Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental | 1 | 2 | 1 |
| Alteração de costumes e práticas cotidianas | Rotina diária e relação com o rio | IN | ID | 3 | 3 | 4 | 4 | Ações de fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade | 2 | 3 | 2 |
| Alteração de costumes e práticas cotidianas | Alteração das atividades de lazer | IN | ID | 3 | 3 | 4 | 4 | Ações de fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade | 2 | 3 | 2 |
| Alteração de costumes e práticas cotidianas | Impactos sobre Pesca Amadora | IN | ID | 3 | 4 | 4 | 4 | Ações de Requalificação Ambiental | 2 | 3 | 2 |
| Impactos no Calendário Cultural e Esportivo | Vários | IN | ID | 3 | 4 | 4 | 4 | Ações de fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade | 1 | 1 | 1 |
| Impactos econômicos no setor da cultura | Vários | IN | ID | 3 | 3 | 4 | 4 | Ações de fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade | 1 | 1 | 1 |
| Impacto sobre comunidade | Gesteira, Mandioca e Barreto | IN | ID | 3 | 3 | 4 | 4 | Ações de Recuperação da Estrutura Afetada | 2 | 3 | 2 |

| | | | | | | | | | | | |
|--|--|----|----|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | Ações de Requalificação Ambiental | | | |
| | | | | | | | | Ações de fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade | | | |
| Alteração em Programas e Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte | Queda de arrecadação e investimento no esporte | IN | ID | 2 | 3 | 4 | 4 | Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer | 1 | 1 | 1 |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 25 Representante institucional entrevistado no Município

| Nome | Nome do órgão/setor |
|----------------------------------|--|
| Rosangela da Cruz Martins | Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Equipe Técnica

Tabela 26 Equipe Técnica

| Equipe Participante | Formação | Função/Cargo | Vínculo |
|--------------------------------------|------------------------------|---|--|
| Maria Fernandes | Psicóloga | Coordenação Geral / Sócia Diretora | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Lucas Roque | Antropólogo | Coordenação técnica /Sócio Diretor | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Jaqueline Vilela Custódio | Bióloga | Gestão de Contrato | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Aline Santos | Administração de Empresas | Administrativo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Cláudio Letro | Sociólogo | Subcoordenação técnica | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Sylvana Pessoa | Socióloga | Coordenação técnica /Coordenação de Cultura | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |

| | | | |
|----------------------------------|--------------------|---|---|
| Juca Villaschi | Arquiteto | Coordenação temática de patrimônio material e imaterial | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP |
| Ana Pacheco | Engenheira Civil | Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Marcos Knupp | Turismólogo | Coordenação temática de turismo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP |
| Suzana Fernandes de Paula | Turismóloga | Subcoordenação temática de turismo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP |
| Lise Costa | Educadora Física | Coordenação temática de esporte | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Sidney Daniel Batista | Turismólogo | Coordenação temática de lazer | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Gabriel Alkmin | Biólogo | Coordenação temática de pesca | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Raquel Guerra | Relações Públicas | Coordenação Audiovisual | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Flávia Said | Advogada | Assessora jurídica | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Sabrina Almeida | Cientista política | Pesquisadora | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP |
| Paula Boarim | Cientista política | Pesquisadora | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP |
| Caroline Chaves | Socióloga | Assistente de Coordenação | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |

| | | | |
|--|-------------------------------|---------------------------------------|--|
| Rúbia Meireles | Jornalista | Assistente de Coordenação | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Marina Naves | Estudante de Ciências Sociais | Assistente de Coordenação | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Tiago de Jesus Brito | Estudante de Ciências Sociais | Estagiário | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Moacir Salles | Geógrafo | Pesquisador de campo/geoprocessamento | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Maria Cecília Pedrosa | Socióloga | Assistente de Coordenação | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Laetitia Jourdan | Antropóloga | Assistente de Coordenação | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Victor Massini | Turismólogo | Pesquisador de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Bianca Aparecida Fonseca | Turismóloga | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Sara Christina do Nascimento | Turismóloga | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Shirley Maclane Nunes Brito | Técnica em turismo e lazer | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Bárbara Natali Soares Guimarães | Turismóloga | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Lucas Motta | Turismólogo | Pesquisador de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Laura Esther Silva Barbosa | Turismóloga | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |

| | | | |
|---|----------------------------------|-----------------------|---|
| Tatiane Carvalho Bispo | Administração de Empresas | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Mariene Luiza da Rocha | Arquiteta | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Maele Fernanda de Almeida | Técnica em segurança do trabalho | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco | Administração de Empresas | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Douglas André Rinco | Ensino médio | Pesquisadora de campo | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Ronilson Breder | Ensino médio | Motorista | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos |
| Verônica Gonzaga Oliveira Gomes | Estudante de Turismo | Estagiário | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP |
| Jéssica Camila Rocha de Azevedo | Estudante de Turismo | Estagiário | Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP |

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Referências

ABBA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ABBA-BLONGA.BLOGSPOT.COM.BR/](http://abba-blonga.blogspot.com.br/). ACESSO EM: 12/12/2016

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BARRA LONGA, BLOG DO MUNICÍPIO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://BARRALONGACULTURA.BLOGSPOT.COM.BR/2011_03_01_ARCHIVE.HTML](http://barralongacultura.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html). ACESSO EM: 13/01/2016.

BARRA LONGA, SÍTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.BARRALONGA.MG.GOV.BR/](http://www.barralonga.mg.gov.br/). ACESSO EM: 13/01/2016.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 85, QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PESQUISA.IN.GOV.BR/IMPRESA/JSP/VISUALIZA/INDEX.JSP?DATA=07/05/2014&JORNAL=3&PAGINA=19&TOTALARQUIVOS=268](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/05/2014&jornal=3&pagina=19&totalArquivos=268), ACESSO EM 20/12/16.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://DATAVIVA.INFO/PT/). ACESSO EM: 13/01/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. BARRA LONGA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://IMRS.FJP.MG.GOV.BR), ACESSO EM: 10/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SITIO LEI ROBIN HOOD. DISPONÍVEL EM: WWW.FJP.MG.GOV.BR/ROBIN-HOOD/ , ACESSO EM: 15/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

HERKENHOFF & PRATES - RELATÓRIO DE MAPEAMENTO DE ATIVOS, BARRA LONGA, 2016.

HERKENHOFF & PRATES. Relatório Síntese Comunidades de Mariana. Belo Horizonte, 2016.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA. EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

LOBO, H. A. S. O LADO ESCURO DO PARAÍSO: ESPELEOTURISMO NA SERRA DA BODOQUENA, MS. AQUIDAUANA, UFMG/ CEUA, 2006. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. 2006.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM: 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://ETHICS.UNWTO.ORG/SITES/ALL/FILES/DOCPDF/BRAZIL_0.PDF](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf) . ACESSO EM: 20/12/2016.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.UNWTO.ORG/](http://www2.unwto.org/). ACESSO EM: 20/12/2016.

OURO PRETO.COM.BR, A VENERAÇÃO A SÃO JOSÉ NA CIDADE DE BARRA LONGA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.OUROPRETO.COM.BR/SECAO/ARTIGO/A-VENERACAO-A-SAO-JOSE-NA-CIDADE-DE-BARRA-LONGA-1](http://www.ouropreto.com.br/secao/artigo/a-veneracao-a-sao-jose-na-cidade-de-barra-longa-1). ACESSO EM: 12/12/2016

PARÓQUIA SÃO JOSÉ DE BOTAS, PÁGINA DE FACEBOOK. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/PAR%C3%B3QUIA-S%C3%A3o-JOS%C3%A9-DE-BOTAS-BARRA-LONGA-MG-1071322959626348/?REF=PAGE_INTERNAL](https://www.facebook.com/par%C3%B3quia-s%C3%A3o-jos%C3%A9-de-botas-barra-longa-mg-1071322959626348/?ref=page_internal). ACESSO EM: 12/12/2016

PORTAL MARIANA, A VERDADE SOBRE O CABOCLO D'ÁGUA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.PORTALMARIANA.ORG/CIDADES/MARIANA-MG/A-VERDADE-SOBRE-O-CABOCLO-DAGUA/#.WHI5PVMRLAK](http://www.portalmariana.org/cidades/mariana-mg/a-verdade-sobre-o-caboclo-dagua/#.WHI5PVMRLAK). ACESSO EM: 12/12/2016

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SERRAS DE MINAS, CIRCUITOS SERRAS DE MINAS. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.SERRASDEMINAS.ORG.BR/INSTITUCIONAL.PHP?INST=127](http://www.serrasdeminas.org.br/institucional.php?inst=127). ACESSO EM:
26/11/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-
ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO.
2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O
PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO
EM: 13/01/2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE
BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE
ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO E AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS.
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

TCE PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O
TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.